

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THAIS AMARAL DA SILVA PEREIRA

**ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE:  
PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NOS REGISTROS MEMORIAIS DAS  
FOLIAS DE REIS DO RIO DE JANEIRO**

**NITERÓI-RJ**

**2017**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

P436 Pereira, Thais Amaral da Silva.

Entre a tradição e a modernidade: permanências e transformações nos registros memoriais das folias de reis do Rio de Janeiro / Thais Amaral da Silva Pereira. – 2017.

113 f.

Orientador: Larissa Moreira Viana.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, 2017.

Bibliografia: f. 107-113.

1. Folia de Reis. 2. Rio de Janeiro (RJ). 3. Cultura popular. 4. Folclore. I. Viana, Larissa Moreira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

**Bibliotecário: Nilo José Ribeiro Pinto**

**CRB-7/6348**

THAIS AMARAL DA SILVA PEREIRA

**ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE:  
PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NOS REGISTROS MEMORIAIS DAS  
FOLIAS DE REIS DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestra.

**ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA LARISSA MOREIRA VIANA**

THAIS AMARAL DA SILVA PEREIRA

**ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE:  
PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NOS REGISTROS MEMORIAIS DAS  
FOLIAS DE REIS DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestra.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Larissa Moreira Viana – Orientadora  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Professora Doutora Maria de Cásia Nascimento Frade – Membro  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Professora Doutora Renata Figueiredo Moraes – Membro  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Professora Doutora Carolina Vianna Dantas – Suplente  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

---

Professora Doutora Martha Campos Abreu – Suplente  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

*Ao meu marido Luiz Felipe por todo apoio e amor.*

*Aos meus pais por toda dedicação e amor.*

## AGRADECIMENTOS

A conclusão dessa dissertação não seria possível sem o incentivo e apoio de diversas pessoas em momentos de insegurança, incertezas e dificuldades do cotidiano. Dessa forma, venho agradecer o apoio e carinho nessa trajetória.

Inicialmente quero agradecer a Professora Larissa Viana pela orientação que foi tão compreensiva, incentivadora, carinhosa e presente em todos os momentos de escrita dessa dissertação, bem como no trabalho de campo.

À Professora Cáscia Frade pela participação na minha banca desde a qualificação, me mostrando o melhor caminho a seguir. Sempre tão prestativa em me passar sua experiência com as Folias de Reis.

À Professora Renata Moraes também por sua participação na banca desde a qualificação e por todos os apontamentos fundamentais para o prosseguimento deste trabalho.

À Professora Martha Abreu por desde a graduação me encantar cada vez mais com o ofício do historiador e pela oportunidade de trabalhar como bolsista de iniciação científica, onde tive a chance de conhecer as Folias de Reis e tantas outras manifestações da cultura popular, bem como pessoas encantadoras.

Ao grupo Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira, por terem sido tão solícitos em me receber sempre que solicitei e por serem fundamentais para a conclusão dessa pesquisa. Em especial ao mestre Hevalcyr, por me passar todo seu conhecimento, sempre com um sorriso e um brilho nos olhos ao falar sobre Folia de Reis.

Agradeço à Rejane Manhães, Ricardo Lima e ao Departamento de Cultura da UERJ pela disponibilização do inventário para uso nessa dissertação.

Aos amigos que nesses anos de estudos na UFF tive o prazer de conviver. Amigos que fiz nessas disciplinas da pós-graduação, sempre tão queridos, divertidos e dispostos a me apoiar. E aos amigos que fiz na graduação, em especial Eric Assis, Gustavo Pereira, Daniele Ferreira e Emanuela Caeres, que nesses dez anos em que ingressei na UFF nunca saíram do meu lado e estão tão presentes na minha vida.

Aos meus amigos de infância e aos meus afilhados Murillo, Francisco e Luiza, especialmente pelo apoio e compreensão da minha ausência em alguns momentos, devida a dedicação ao mestrado.

À minha família – pai, mãe, irmã, sobrinhos, enteado, avó, madrinha, primos, sogros, cunhados – pela torcida, apoio, incentivo e amor nessa trajetória tão importante para mim. Em especial agradeço a minha mãe, que mesmo passando por situações difíceis nos últimos anos, foi minha grande incentivadora.

Finalmente, ao que mais sentiu os efeitos dessa difícil fase, meu marido, Luiz Felipe, meu parceiro de vida, por todo amor, estímulo, compreensão e apoio incondicional.

Por fim, agradeço a Deus e aos Santos Reis pela luz nessa caminhada!

## RESUMO

A dissertação apresenta questões relacionadas às noções de cultura popular, patrimônio e identidades sociais através da análise da escrita de folcloristas e do trabalho de campo com o grupo da Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira, no Rio de Janeiro, no tempo presente. Buscamos perceber especialmente os indícios de permanências e transformações nas Foliás de Reis, bem como a relação entre tradição e modernidade para os foliões no contexto estudado. Sob o ponto de vista metodológico, nossa prioridade foi inicialmente recuperar alguns relatos de Foliás de Reis da segunda metade do século XX, objetivando perceber como os folcloristas relataram essas práticas. A análise de significados desta manifestação cultural e religiosa para os foliões da Sagrada Família da Mangueira, na atualidade, permitiu enunciar uma reflexão sobre os temas da tradição e da modernidade, privilegiados ao longo da pesquisa. Ao final, propomos um debate sobre as questões que envolvem o conceito de patrimônio cultural imaterial, assim como a intenção de patrimonializar as Foliás de Reis do Rio de Janeiro no início do século XXI.

Palavras-chave: Folia de Reis, cultura popular, folclore, memória, patrimônio cultural.

## **ABSTRACT**

The dissertation discusses the concepts of popular culture, patrimony and social identities through the analysis of folklore writing and fieldwork along the "Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira" group, in Rio de Janeiro, at the present time. We sought to perceive, especially, some signs of permanence and transformation in "Folias de Reis" as well as the relationship between tradition and modernity for the festivity players in this research context. From a methodological perspective, our priority was initially to recover some accounts of "Folias de Reis" from the second half of the twentieth century, in order to understand how the folklorists reported these practices. The analysis of cultural and religious manifestation meanings for the players of "Folia de Reis da Mangueira", nowadays, expresses the themes of tradition and modernity privileged by this research. In the end, we propose a debate on the concept of imaterial cultural heritage, as well as the intention to patrimonialize the "Folias de Reis" of Rio de Janeiro at the beginning of the 21st century.

Keywords: Folia de Reis, popular culture, folklore, memory, cultural heritage.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1	
<i>A Folia de Reis na escrita dos folcloristas</i>	
1.1 – Cultura, identidades e memória: uma discussão historiográfica.....	15
1.2 – As Foliias de Reis nos registros de viajantes e folcloristas pelo Brasil.....	21
1.3 – As Foliias de Reis nos estudos folclóricos fluminense.....	31
CAPÍTULO 2	
<i>Memória e História do grupo de Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira</i>	
2.1 – Memória coletiva: o recordar na construção de identidades sociais.....	48
2.2 – Memórias e práticas dos foliões da Sagrada Família da Mangueira.....	57
2.3 – Tradição X Modernidade: a prática atual da Folia de Reis Sagrada Família e a permanência da tradição.....	70
CAPÍTULO 3	
<i>Folia de Reis do Rio de Janeiro: Patrimônio Imaterial do Brasil</i>	
3.1 – O patrimônio cultural imaterial no Brasil.....	77
3.2 – A Folia de Reis do Rio de Janeiro enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
ANEXOS.....	94
BIBLIOGRAFIA.....	107

## INTRODUÇÃO

O que são Folias de Reis? Essa pergunta apareceu logo no início do trabalho como bolsista de iniciação científica, na graduação em História na Universidade Federal Fluminense. Fui bolsista da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Martha Abreu de 2009 a 2011, no projeto intitulado “Memória e História da música negra no Vale do Paraíba, séculos XIX e XX”. O projeto girava em torno das manifestações culturais e música negra no Vale do Paraíba fluminense e já tinha como resultado de trabalho de pesquisa anterior o filme “Jongos, Calangos e Folias”, produzido pelo Laboratório de História Oral e Imagem da UFF pelas professoras Martha Abreu e Hebe Matos.

Nesse contexto tive contato com as Folias de Reis. Por ter uma relação maior com o jongo, devido ao projeto e a outras pesquisas com que tive contato, ficava-me a dúvida e a necessidade de satisfazer essa curiosidade sobre as Folias de Reis, manifestação mais centrada no catolicismo popular. Eu, com uma criação muito católica, me perguntava: “Como eu nunca tinha ouvido falar em Folia de Reis?”

Perguntando à família, minha avó, nascida e criada em Santo Antônio de Pádua, no interior do Estado do Rio, me contara que tinha muita Folia lá e daí vem a tona diversas histórias sobre sua vivência de criança com a Folia de Reis.

Mas a Folia de Reis não se restringia ao interior, tinha Folia aqui, bem perto de mim, em Niterói, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, em tantos lugares tão próximos e tão urbanos, por todo (ou quase todo) o Estado do Rio de Janeiro. Pois então surge minha curiosidade: De onde vieram? Como se estabeleceram aqui? Como ainda atuam? Como eu nunca tinha visto antes?

Tive uma criação católica muito atuante dentro da Igreja, onde frequentava todo final de semana, fazendo parte de muitos grupos. Apesar disso, muito pouco ouvi falar

sobre os Reis Magos e nem suspeitava que houvesse uma devoção tão forte em torno dessas figuras bíblicas. Depois do contato com a Folia de Reis, recorri à Bíblia na curiosidade de conhecer o que havia nela sobre os Reis Magos – que são santos para os foliões, mas não são santos para Igreja Católica. E o que aparece sobre eles é muito pouco, apenas no Evangelho de Mateus. Segue abaixo a citação de uma parte do trecho bíblico:

Tendo nascido Jesus na cidade de Belém, na Judéia, no tempo do rei Herodes, alguns magos do Oriente chegaram a Jerusalém, e perguntaram: “Onde está o recém-nascido rei dos judeus? Nós vimos a sua estrela no Oriente e viemos para prestar-lhe homenagem”.

(...) Depois de ouvirem o rei, eles partiram. E a estrela, que tinham visto no Oriente, ia adiante deles, até que parou sobre o lugar onde estava o menino. Ao verem de novo a estrela os magos ficaram radiantes de alegria.

Quando entraram na casa, viram o menino com Maria, sua mãe. Ajoelharam-se diante dele, e lhe prestaram homenagem. Depois, abriram seus cofres, e ofereceram presentes ao menino: ouro, incenso e mirra. Avisados em sonho para não voltarem a Herodes, partiram para a região deles, seguindo por outro caminho.<sup>1</sup>

Mateus não especifica o número de magos, só o número de presentes dados ao menino Jesus, não diz seus nomes, nem suas origens específicas, apenas que vieram do Oriente e nem os chama de reis, como nós fazemos hoje nos referindo a eles como reis magos.

Apesar de restritas as informações bíblicas sobre os magos, muitos elementos foram acrescentados a eles com o passar dos séculos: nomes (Melchior ou Belchior, Baltazar e Gaspar), o título de reis magos, a origem (que seria na Pérsia), a religião

---

<sup>1</sup> BÍBLIA. N. T. MATEUS, 2:1-12. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990. P. 1181-1182.

(seriam sacerdotes da religião zoroástrica) e até mesmo a cor (Baltazar seria negro, o que gera em alguns relatos que tive contato durante a pesquisa como bolsista de iniciação científica, do preconceito que esse sofreu por parte dos outros magos, fazendo uma clara alusão ao preconceito que os negros sofreram e sofrem no Brasil).

O catolicismo popular foi acrescentando e trazendo para uma vivência pessoal as figuras dos reis magos, de forma que a devoção dos foliões e de seus seguidores seja tão grande em torno dos reis, apesar de não serem santos canonizados pela Igreja Católica. A própria Igreja, que hoje agrega um pouco mais esses ritos populares, celebra os santos reis no dia 6 de janeiro, agregando a Folia ao final de sua celebração, como pude observar no meu trabalho de campo.

Outro passo importante no desenvolvimento dessa dissertação foi meu contato desde a graduação com os conceitos de identidade, memória e patrimônio, especialmente por meio da iniciação científica e pela orientação da professora Martha Abreu, tanto na iniciação científica, nas disciplinas que cursei com ela e na elaboração do meu trabalho de conclusão de curso, já voltado para as Foliias de Reis. No mestrado pude aprofundar esses temas nas disciplinas, mais uma vez cursando uma disciplina com a professora Martha Abreu, e sob a orientação de Larissa Viana que acrescentou muito a essa pesquisa com sua dedicação e conhecimento em história cultural.

A qualificação foi um momento definidor da pesquisa. Na banca, duas pesquisadoras voltadas para o estudo de manifestações da cultura popular, Renata Moraes e Cáscia Frade, ambas da UERJ. Cáscia Frade, em especial, se dedica, desde a década de 70, ao estudo das Foliias de Reis do Rio de Janeiro e à valorização dessa prática, trabalhando inclusive como coordenadora da Divisão de Folclore do Departamento de Cultura. Os apontamentos feitos pelas pesquisadoras foram valiosos

para conclusão dessa pesquisa, especialmente a sugestão de Cáscia Frade do grupo de Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira para minha pesquisa de campo.

Conhecer o grupo e seus integrantes foi de importância central para essa pesquisa. No primeiro contato, junto a minha orientadora Larissa Viana, fomos tão acolhidas e bem recebidas, todos muito dispostos a nos ajudar e acrescentar a minha pesquisa. Nesse primeiro contato pudemos entrevistar Hevalcyr, mestre da folia, Elaine, sua esposa e bandeireira, Cláudio, palhaço e, no meu ponto de vista, poeta e Sr. José Coutinho, folião mais antigo do grupo.

A entrevista foi definidora para a conclusão desse trabalho, bem como assistir a festa de arremate. Como na entrevista, fui muito bem acolhida e pude participar, observar, filmar, fotografar toda a movimentação da festa.

Todo esse trabalho de campo com a Folia de Reis Sagrada Família, como sugerido por Cáscia Frade na qualificação, foi essencial para que essa dissertação fosse concluída, de forma que o presente se interessasse com o passado que tive acesso por meio de documentos e trabalhos de outros pesquisadores.

Por fim, para conclusão do terceiro capítulo, Cáscia Frade também me forneceu os contatos para que pudesse ter acesso ao inventário das Folias de Reis do Rio de Janeiro entregue ao Iphan e produzido por pesquisadores da UERJ, inclusive Cáscia. Esse material foi primordial para a elaboração do último capítulo e para conclusão dessa pesquisa, pois possibilitou pensarmos nas políticas governamentais em torno da Folia de Reis.

A dissertação se divide em três capítulos: no primeiro, intitulado *A Folia de Reis na escrita dos folcloristas*, faço uma breve discussão sobre os conceitos de cultura, memória e identidade e procuro analisar pesquisas de folcloristas pelo Brasil e no Rio

de Janeiro, de forma que possamos refletir sobre os conceitos de memória, tradição e modernidade mais adiante.

No segundo capítulo intitulado *Memória e História do grupo de Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira*, busco centrar a análise na memória do grupo, procurando compreender os objetivos dessa prática e refletir sobre o que os foliões entendem sobre a relação entre tradição e modernidade na permanência dessa prática sujeita a transformações com o passar do tempo, como observamos em comparação com os relatos dos folcloristas trazidos no capítulo anterior.

No terceiro e último capítulo o inventário das Folias de Reis solicitado pelo Iphan será central para compreensão dos objetivos e expectativas em torno da transformação da Folia de Reis do Rio de Janeiro em patrimônio cultural imaterial do Brasil, bem como a compreensão do conceito de patrimônio imaterial e das políticas de patrimonialização surgidas nas últimas décadas.

# CAPÍTULO 1

## *A Folia de Reis na escrita dos folcloristas*

### **1.1 – Cultura, identidades e memória: uma discussão historiográfica.**

As Folias de Reis foram temas recorrentes de pesquisas de folcloristas do final do século XIX e especialmente durante o século XX. A atenção principal desses trabalhos estava na descrição dos elementos que compõe a Folia. Remonta à categoria de “fato folclórico”, onde a preocupação principal de seus autores era a pesquisa das origens desta manifestação cultural, que apontava para antecedentes ibéricos.<sup>2</sup> O conjunto desses trabalhos dos folcloristas, aponta para traços associados a ambientes rurais e a reminiscência de um passado remoto, mesmo quando as pesquisas se realizam em centros urbanos, enfatiza-se uma origem camponesa e perdas decorrentes das migrações.<sup>3</sup> Grande parte desses trabalhos foi motivada pela suposição do desaparecimento destas práticas em face às transformações da sociedade, caracterizando-se uma “retórica da perda”.<sup>4</sup>

A perda sempre pareceu inevitável. Esse sempre foi o medo que rodeou os folcloristas desde meados do século XIX e fator principal, gerador da necessidade, de se registrar diversas manifestações culturais em todo o Brasil. Foi também o medo da perda de diversas manifestações folclóricas pelo Brasil que motivou o movimento folclórico, grupo que, segundo Luís Rodolfo Vilhena, não compartilhava apenas um mesmo tipo de produção intelectual, mas “adotava um engajamento coletivo na defesa das tradições populares”.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup>BITTER, Daniel. *A Bandeira e a Máscara*. A circulação de objetos rituais nas folias de reis. Rio de Janeiro: 7 Letras; Iphan/CNFCP, 2010. P. 10

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

<sup>5</sup> VILHENA Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.173.

Apesar do medo da perda, motivador do movimento folclórico, sabemos que muitas manifestações populares se renovam em todo o Brasil, transformando-se constantemente. Muitos folcloristas destacavam essa preocupação, mas nem todos viam o folclore como uma sobrevivência que ficou no passado, como Edison Carneiro que abordou a capacidade de atualização das expressões populares, que acompanham a sociedade.

A Folia de Reis é o caso que destaco para esta pesquisa, manifestação cultural muito presente no Sudeste brasileiro e também em outras regiões do Brasil. O Vale do Paraíba fluminense, a Baixada Fluminense e mesmo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro são espaços de diversas manifestações musicais, que afirmam, por meio dessas manifestações, identidades culturais e contribuem para uma luta política mais ampla hoje visualizada em todo o Brasil, de combate às desigualdades raciais, sociais e culturais.<sup>6</sup>

Nos centros urbanos do Rio de Janeiro, especialmente nas comunidades populares e na Zona Norte, também encontram-se diversos grupos de Folias de Reis. Além disso, *Encontros de Folias de Reis* e festivais folclóricos ocorrem durante todo ano pelo Brasil, reunindo diversos grupos, representantes governamentais, intelectuais, devotos e um público diversificado no geral. Encontros de tamanha grandiosidade, que trazem a tona discussões em torno da reivindicação da Folia de Reis como Patrimônio Imaterial. Atualmente, as Folias de Reis do Rio de Janeiro estão sendo inventariadas pelos professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Cáscia Frade e Ricardo Gomes Lima e quinze municípios são abarcados na pesquisa.

Nesta pesquisa, pretende-se analisar as Folias de Reis a partir da perspectiva dos folcloristas e memorialistas, dos próprios foliões e da consideração da produção acadêmica

---

<sup>6</sup> Hebe Mattos e Martha Abreu fazem essa afirmação em diversos estudos sobre as manifestações musicais de comunidades negras no Vale do Paraíba. Tendo como base seus trabalhos, busco direcionar meu olhar para o estudo das Folias de Reis no interior e nos centros urbanos do Rio de Janeiro. Ver especialmente o texto de Abreu e Mattos “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação”. Iberoamericana: América Latina - Espanha - Portugal”, revista do Ibero-Amerikanisches Institut (Berlim), Ano XI (2011), n. 42, Dossiê Novas etnicidades no Brasil: Quilombolas e índios emergentes. P. 147-160.

sobre o tema. Por partir de conceitos como memória, identidade e cultura popular, é preciso primeiro entender em que concepções e autores baseiam-se a presente reflexão.

Na década de 80, novos trabalhos na área de história cultural e social voltavam suas preocupações para as questões relativas aos comportamentos, normas e valores dos sujeitos populares. Com a ampliação do campo da história cultural, privilegiava-se as manifestações das massas anônimas, dos setores populares. Robert Darnton aponta uma tendência de aproximação entre os olhares de historiadores e antropólogos ao afirmar que “o historiador etnográfico estuda a maneira como as pessoas comuns entenderiam o mundo”.<sup>7</sup> Os historiadores adeptos desta nova perspectiva vêm mostrando outras maneiras de questionar as fontes e fazer uso delas.

Considerando os pressupostos da nova historiografia, ao pretender pesquisar a trajetória das Folias de Reis, envolveremos conceitos variados, como memória, identidade e cultura. Ao tratarmos de memória estamos ressaltando também a construção de identidades. Sendo a memória e a identidade processos intersubjetivos, recordar é em si mesmo um ato de reconhecer-se como único, mas, ao mesmo tempo, pertencente a um grupo. Os foliões, suas memórias e identidades, nesse caso, devem ser pensados individual e coletivamente, pois podem se colocar sozinhos e em grupo.

Devemos considerar neste trabalho o caráter seletivo da memória, assim como destaca Fernando Catroga: “Ela é retenção afectiva e ‘quente’ dos ‘traços’ inscritos na tensão tridimensional do tempo que permanentemente a tece”.<sup>8</sup> Assim como a memória, a identidade é um produto social. Stuart Hall sugere pensar a identidade como uma “produção” e não como um fato, estando sempre em processo. Por não serem fixas, as identidades culturais sofrem

---

<sup>7</sup> DARNTON, Robert. “Apresentação” IN: DARTON, Robert, 1939- *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*/ Robert Darnton; tradução Sonia Coutinho. Rio de Janeiro, Graal, 1986. P.14.

<sup>8</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. P. 16 e 17.

transformações frequentes. Identidade é um conceito que, segundo o autor, tem suas histórias, que, por sua vez, têm seus efeitos reais, materiais e simbólicos. Hall destaca:

O passado continua a nos falar. Mas já não é como um simples passado factual que se dirige a nós, pois nossa relação com ele, como a relação de uma criança com a mãe, é sempre já ‘depois da separação’. É construído sempre por intermédio de memória, fantasia, narrativa e mito. As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento. Onde haver sempre uma política da identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa ‘lei de origem’ sem problemas, transcendental.<sup>9</sup>

A cultura também é tida como conceito construído historicamente. Segundo Frederik Barth<sup>10</sup>, a maioria dos conceitos sociológicos envolve a relação entre instituições discrepantes, a acomodação dos costumes a um dado lugar e modo de viver e o compartilhamento de experiências dentro de um grupo. No entanto, as realidades das comunidades são marcadas por diversidades desconectadas, que fazem com que o meio cultural se forme sincreticamente.

Portanto, a cultura se mostra dinâmica e mutável, e é por essa “imprecisão” e considerando o tema deste projeto, Folias de Reis, que precisamos mencionar o papel das culturas populares. A compreensão de cultura popular, por mais restrito que seja esse conceito, nos mostra que esse campo ainda está em disputa. A cultura é um espaço de conflito e tratar de cultura popular é ressaltar esse conflito, determinada não pelas práticas, mas sim pelos sujeitos sociais que a realizam. Por isso procuramos por meio de uma manifestação

---

<sup>9</sup> HALL, Stuart. “Identidade Cultural e Diáspora”. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 24/ 1996. P. 70

<sup>10</sup> BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. IN: *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Editora Contra Capa.

cultural popular, apontar a relação entre permanências e transformações a partir de interações com a modernidade.

O historiador E. P. Thompson, ao descrever o trabalho dos folcloristas, sobretudo a experiência britânica oitocentista, nos chama atenção para a fragilidade da análise das fontes quando reduzida a um esforço puramente classificatório. Na sua perspectiva, as informações recolhidas não podem estar dissociadas do contexto. Como no exemplo que dá da venda das mulheres, o significado desse acontecimento só pôde ser apreendido quando pesquisadores pararam de encará-lo como simples sobrevivência, passando a entender o seu uso e a sua função dentro de uma totalidade. Essa ressalva também se faz em relação à investigação quantitativa. Nesse sentido, destaca que se conferimos aos costumes uma conotação estritamente plural perdemos sua singularidade. Por isso alerta para o cuidado que se deve tomar quanto a generalizações como a “cultura popular”, pois, se identificarmos o conceito de cultura apenas como um consenso, corremos o risco de negligenciar as suas especificidades, contradições, de não compreendê-la como espaço de conflito.

Thompson define sua prática alinhada a Keith Thomas e Natalie Zemon Davis, onde o estímulo antropológico se traduz não na construção de modelos,

[...] mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. “Folclore, Antropologia e História Cultural”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas, Ed. Unicamp, 2001. P. 229.

Para Thompson reexaminar os velhos materiais folclóricos é fundamental, colocando novas perguntas e buscando recuperar costumes perdidos e crenças nas quais se baseiam. Dessa forma, à medida que certos atores centrais da história – como políticos, generais e pensadores – deslocam-se do centro da nossa atenção, um grande elenco que acreditávamos ser de simples figurantes, entram com força em cena.

Tendo como foco principal a questão da cultura popular na sociedade capitalista moderna, Néstor Canclini, assim como Thompson, considera delicada a utilização do termo “cultura popular”. Ele procura desconstruir a noção de “popular” em seu sentido fixo como algo pertencente ao “pré-moderno” ou a formas de vida “tradicionais”. O “popular”, nesse sentido, é analisado por sua posição social subalternizada no mercado de bens simbólicos e como algo construído. Assim, demonstra que o “popular” enquanto cultura não é um *a priori* que interliga os populares às tradições em contraponto aos setores hegemônicos modernos. Para compreender o “popular” é preciso entender que suas tradições se modernizam – ou como Stuart Hall denomina, são “modernidades vernáculas” – e refutar a oposição entre tradicional e moderno, desfazendo as operações científicas e políticas que reduziram o popular. O “popular” é uma variante discursiva. Segundo Canclini, as tradições não se fecham à modernidade, e nem a modernidade abole a tradição.

A partir daqui, analisaremos os trabalhos de alguns folcloristas sobre as Folias de Reis do Brasil e depois mais especificamente do Rio de Janeiro, de maneira que nos possibilite refletir sobre memória e identidade, tradição e modernidade, nas Folias de Reis do Rio de Janeiro.

## 1.2 As Folias de Reis nos registros de viajantes e folcloristas pelo Brasil.

Nesse tópico, serão reunidos registros de importantes viajantes, folcloristas e memorialistas sobre a Folia de Reis em diferentes localidades e períodos, na intenção de construir um conjunto amplo de visões sobre a festa, num primeiro momento, de modo a reconhecer a existência de um repertório sobre essa festividade.

Cáscia Frade – importante pesquisadora das Folias de Reis do Rio de Janeiro, tendo atuado como coordenadora da Divisão do Folclore do Departamento de Cultura e dessa forma, incentivou e apoiou os grupos de Folia do Rio de Janeiro – define as Folias de Reis como um grupo ritual do catolicismo popular, organizado em torno do cumprimento de uma promessa e saindo em peregrinação pelas casas no período natalino. As origens das folias seriam pouco precisas, afirma a autora, aproximando-se talvez das festividades europeias medievais, nas quais lugares de cultos religiosos e suas festividades também eram espaços de danças, especialmente no período natalino<sup>12</sup>.

Cáscia Frade busca traçar as origens da Folia numa interessante relação com as festividades natalinas europeias. Não me aprofundarei em todas essas referências europeias, pois busco dar destaque aos trabalhos dos folcloristas nessa pesquisa, mas dentre as referências mais antigas às Folias de Reis, me deparei com uma descrição de J. B. Debret, ainda no século XIX.

O artista francês Debret, em sua passagem pelo Rio de Janeiro entre 1816 e 1831, apresenta o que podemos identificar como Folia de Reis, ainda no século XIX, antes das restrições e proibições às danças, fato destacado por Martha Abreu, em *O Império do Divino*, no qual a historiadora afirma que a partir principalmente de 1820, a polícia passou a prender quem dançava e batucava pelas ruas do Rio de Janeiro e as

---

<sup>12</sup> FRADE, Cáscia. *O saber do viver: Redes sociais e transmissão do conhecimento*. Tese de doutorado em Educação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1977.

autoridades governamentais passaram a proibir danças e procissões organizadas por irmandades de escravos.<sup>13</sup>

Debret descreveu os hábitos de se trocarem presentes, comidas, animais, bebidas, e a doação de gratificações aos subordinados, como roupas aos escravos. Segue abaixo o trecho das impressões de Debret sobre as festas da véspera de Reis:

(...) fantasiados, em pequenos grupos escoltados por músicos, percorrem as ruas da cidade e, quando a noite é bela, prolongam sua excursão pelos arrabaldes, onde acabam entrando numa venda e aí ficando até o nascer da aurora. Outros, ao contrário, preferem organizar pequenos salões de baile, onde se divertem ruidosamente, dançando uma espécie de *lundu*, pantomima indecente que provoca alegres aplausos aos espectadores, durante toda a noite. Eis no que se transformou no Brasil o aniversario da visita dos Reis Magos.<sup>14</sup>

A Folia de Reis era um evento, segundo o historiador Tiago de Melo Gomes, particularmente importante nas ruas da Corte, destacando-se as estatísticas que mostram que:

(...) nenhum mês do ano teve tantas prisões de capoeiras quanto dezembro e janeiro, os meses marcados pelo período da Epifania, que se encerra com a festa dos Reis Magos a 6 de janeiro. Meio século depois, na primeira metade da década de 1860, o fenômeno se mantinha inalterado, tendo como única

---

<sup>13</sup> ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999. P. 198.

<sup>14</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1989. Tomo III, p. 201. Citado por ABREU, Martha. *Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 210.

novidade o aumento de prisões no mês de fevereiro, o que certamente reflete a crescente importância do Carnaval.<sup>15</sup>

A Folia de Reis encontrava-se numa posição de destaque na década de 1870, porém a partir desta data a festa começa a dar sinais de cansaço, segundo Tiago Gomes não só pela repressão, mas pela importância crescente do carnaval nas ruas da Corte.<sup>16</sup> O autor afirma que não foi feita uma mera substituição das festas religiosas pelo carnaval, pois os ranchos carnavalescos deveram muito do seu apelo popular ao processo de ressignificação, onde práticas festivas antigas eram reelaboradas, ganhando novos sentidos. Além disso, a repressão em torno das festas diminuía, em comparação com as festas religiosas, talvez pela sua origem na elite, incentivando ainda mais os grupos de mascarados participarem. A Folia de Reis, por mais que tenha perdido parte de sua importância, não desapareceu da cidade do Rio de Janeiro com o crescimento das festas carnavalescas.<sup>17</sup> A partir da pesquisa de Tiago Gomes e do relato de Debret, podemos constatar que as Foliagens de Reis são práticas muito antigas no Brasil, remontam ao século XIX.

Mário de Andrade, em seu *Dicionário Musical Brasileiro*, define a Folia de Reis como um “grupo de peditorio (...) que homenageia os Reis Magos, bandos que, constituídos da mesma forma que as foliagens do Divino, saem às ruas entre 24 de dezembro e 6 de janeiro”.<sup>18</sup> Ele cita o artigo “A decadência da dança popular”, de Orlando Carvalho, registro de pesquisa folclórica mais antigo com o qual me deparei sobre as Foliagens de Reis, no qual este define a Folia de Reis como uma dança coletiva, onde saem grupos de roceiros fantasiados, tocando instrumentos, como viola,

---

<sup>15</sup> GOMES, Tiago Melo. “Para além da casa da Tia Ciata: Outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003, p. 184.

<sup>16</sup> Idem, p. 187.

<sup>17</sup> Idem, p. 188

<sup>18</sup> ANDRADE, Mário. *Dicionário Musical Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. Coleção Reconquista o Brasil. 2ª série, v. 162. P. 230.

cavaquinho e pandeiro, “tendo no meio do grupo um mascarado, gaiteiro e espirituoso, cuja missão era dar carreira na molecada e xingar os donos das fazendas onde se hospedassem”.<sup>19</sup> Segundo Carvalho, a Folia de Reis durava do Natal ao dia de Reis, percorrendo as fazendas de vários municípios “em permanente cantoria e bebedeira, à custa dos hospedeiros, que de bom grado abriam suas fazendas aos alegres cantores e satiristas da redondeza”.<sup>20</sup>

Em “Folia de Reis de Cunha” – pesquisa feita em 1944 e ampliada em 1947 – Alceu Maynard de Araújo – folclorista paulista e professor universitário – situa o ciclo de festas da Folia de Reis no solstício de verão de 24 de dezembro a 6 de janeiro ou 2 de fevereiro, dia da Purificação, da fuga para o Egito – “cuja lenda recolhida mostra a fertilidade criadora da mente de nossos caboclos” – ou de Nossa Senhora das Candeias:

Neste dia [2 de fevereiro] encerram-se os festejos. A folia não canta mais; porém, pela manhã, vão à missa e, à noite, os foliões de Reis de Música têm a sua lauta ceia, e os foliões de Reis de Caixa, em cumprimento de promessa, promovem um leilão, danças de jongo, moçambique, chiba, cana verde, cirandinha, baile comum (urbanizado) e muita comezaina. Folclore nacional é antes de tudo alimentar!<sup>21</sup>

O folclorista divide a Folia de Reis de Cunha em duas: uma que centrada nos sítios e fazendas, conhecida como a Folia de Reis de Caixa, e outra que percorre a cidade sem sair do rocío, a Folia de Reis de Banda de Música, ou Folia de Reis de Banda ou Folia de Reis de Música. Estas folias saem somente à noite cantando o nascimento de Jesus e pedindo doações. Imitam os Reis Magos que viajaram à noite

---

<sup>19</sup> CARVALHO, Orlando. “A decadência da dança popular” – Minas Gerais, Belo Horizonte, maio, 1936, Dic. Mus. Brasileiro, IEB – USP. *Apud*: ANDRADE, Mário. *Dicionário Musical Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. Coleção Reconquista o Brasil. 2ª série, v. 162. P. 230.

<sup>20</sup> *Idem*.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 417.

para visitar o menino Jesus guiados por uma estrela – diferente da Folia do Divino Espírito Santo<sup>22</sup>, que sai durante o dia.

Costumam encerrar suas atividades no dia 6 de janeiro, quando podem sair todas as noites até a noite de Reis. Se por motivo de trabalho não saem todas as noites, saem nos sábados e feriados até o dia 2 de fevereiro. Mesmo encerrando as cantorias no dia 6 de janeiro, dia de Reis, a ceia se realizará no dia 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora das Candeias, à noite, participando os foliões da missa, na parte da manhã.

O grupo de Folia de Reis de Música, pesquisado por Alceu Maynard de Araújo, conta com cerca de quinze componentes, tocadores de instrumentos e cantores, podendo fazer parte do grupo qualquer pessoa que queira segui-los:

Recebemos o convite para participar dessa Ceia que seria no dia 2 de fevereiro, dia também em que todos os presépios seriam desarmados. Conclui-se que, para ter ingresso no grupo de foliões de Reis de Música, é bastante acompanhá-los, noite após noite, sob o sereno daquela cidade serrana.<sup>23</sup>

Segundo o folclorista, o grupo é formado por “pretos, mulatos e brancos, todos moradores da cidade”. Maynard descreve alguns componentes e vale ressaltar que ele é o único dos autores aqui estudados que relaciona a cor dos participantes da Folia.

Por fim, Alceu Maynard de Araújo fala sobre a Folia de Reis de Caixa, grupo que percorria somente fazendas, sítios e rocios, sempre saindo ao anoitecer. Contam com “dois violeiros, um tocador de caixa, um tocador de adufe (pandeiro) e o chefe que é o Alferes. Um dos violeiros é o Mestre e o outro o Contra-mestre”.

Na Folia de Reis de Caixa, pesquisada na década de 1940, o objeto que, ao que tudo indica, cumpre o papel da bandeira nas folias atuais – questão que será abordada

---

<sup>22</sup> Sobre a Folia do Divino Espírito Santo ver ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Op. Cit.

<sup>23</sup> Idem, p. 421

mais adiante – é a “caixinha”, feita de madeira, em formato pequeno, recoberta de papel prateado, tendo ao fundo uma imagem de São Benedito e envolta em toalha branca de filê ou crochê. Dentro da “caixinha” é colocada uma imagem do Menino Jesus, uma escultura popular, feita de barro cru. Em diversos trechos, o folclorista apresenta traços de devoção dos foliões e das pessoas visitadas à “caixinha”, como uma senhora que “durante o tempo em que cantavam, ficou respeitosamente olhando para a ‘caixinha’ que seu esposo deixara sobre a mesa”, dando ao Alferes uma oferta ao fim dos cantos, ou quando o Alferes afirma que não vai misturar o dinheiro doado por um senhor visitado, que “não recebe em suas mãos a ‘caixinha’ e doa, apressadamente, dez cruzeiros”, com o dinheiro doado de bom coração. Reafirma, destacando a fala de um dos foliões, a ideia de devoção em torno da “caixinha”:

Nós somos os foliões de Reis, representamos os Reis Magos que alegraram o nascimento do Deus Menino, com cantos e música, mas o Rei verdadeiro é o que está na “caixinha”. Certamente este é o fato precípua que leva muitas pessoas a fazer promessas e carregar nas folias a “caixinha”, de casa em casa, somente cedendo aos donos de uma casa visitada que manifeste o desejo de transportá-la de sua residência até à próxima onde irá a folia.<sup>24</sup>

Porém, Maynard afirma não ser esta “caixinha” que nomeia a Folia, e sim o instrumento musical chamado caixa.

Diante do presépio em alguma casa visitada, os foliões ajoelham-se respeitosamente, e colocam o Deus Menino da “caixinha” ao lado do que está na lapinha do presépio cantando os versos do “Encontro”:

---

<sup>24</sup> ARAÚJO, Alceu Maynard. Op. Cit. p. 429.

Os componentes de uma Folia de Reis de Caixa geralmente fizeram a promessa de sair cantando por ocasião das festas de natalidade pedindo as esmolas. É costume armar o presépio sete anos seguidos. Findo este tempo, a pessoa que fez a promessa sai com a folia angariando dinheiro para a realização de uma festa de roça. Organiza a sua própria ou adere à de um vizinho ou compadre.<sup>25</sup>

Na Folia de Reis de Caixa, aos domingos e feriados, aparecem, segundo o folclorista, mais três personagens fantasiados e com máscaras, chamados de Pai João, Catirina e Palhaço.

Eles carregam sacolas que chamam de “vissacas”, onde recolhem o dinheiro obtido durante as visitas, assim como fazem os palhaços ainda hoje. Carregam consigo também os relhos (espécie de fivelas de couro) com o que ameaçam aos que querem saber quem está debaixo da máscara. Segundo Alceu Maynard de Araújo, “a curiosidade é aguçada, ainda mais porque implica numa benção o fato dos personagens não serem reconhecidos durante os festejos”, porém ele conseguiu descobrir a identidade deles e percebemos a presença de jovens trabalhadores rurais, sendo dois componentes negros, no qual destaca:

Foi com dificuldade que se obteve o nome dos personagens, não queriam dar. Primeiramente pediram licença ao “Alferes”, e a seguir falaram baixinho com cuidado pra não serem ouvidos pelos demais circunstantes. Pai João – Antônio Simão, 19 anos de idade, preto, roceiro; Catirina – Genésio Olegário, 19 anos, branco, roceiro; Palhaço – Jovino Adão Gonçalves, 37 anos, preto, retireiro de leite.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Idem, p. 447 – 448.

<sup>26</sup> Idem, p. 430.

Rossini Tavares de Lima – folclorista, criador do Museu do Folclore de São Paulo – em seu livro *Folguedos populares do Brasil*, descreve a origem da denominação “Folia”, surgida, segundo ele, primeiro em Portugal, como “dança barulhenta, com acompanhamento de pandeiros, executada por homens vestidos de mulher, que se comportavam de maneira tão selvagem que pareciam estar fora de si”. Acrescenta tratando que, em Portugal, a folia de mascarados é recordada na Festa dos Rapazes, realizada pelos grupos de reiseiros que cantam de porta em porta, descrita, segundo ele, por Jorge Dias, em 1953, em trabalho intitulado “Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril”. E ainda que, em Havana, o “Dia de Reis” é festejado pelos negros como o dia da Epifania, dia de espantar os maus espíritos:

As folias com máscaras, mencionadas por Covarrubias, as festividades afro-cubanas de Epifania e as Festas dos Rapazes do ciclo do Natal do Rio Onor, filiam-se às Folias de Reis, com palhaços, ainda hoje observadas, entre nós, nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal.<sup>27</sup>

A origem da Folia de Reis é baseada na história da visita dos Reis Magos, Baltazar, Belchior e Gaspar, ao Menino Jesus. Os palhaços seriam os espíões de Herodes, segundo o depoimento do “embaixador” e outros informantes da folia de Santa Rita de Cássia, descrito por Rossini Tavares de Lima:

O rei Herodes mandou que os palhaços fossem matar o Menino Jesus. Estes chegando à mangedoura, e vendo o Menino Deus a irradiar bondade e doçura, ajoelharam-se e passaram a adorá-lo, arrependidos. E depois, certos de que

---

<sup>27</sup> LIMA, Rossini Tavares. *Folguedos populares do Brasil*. São Paulo: Ricordi, 1962. P. 102.

Herodes mandaria matá-los, caso retornassem, seguiram com os Reis Magos, pedindo esmolas de porta em porta.<sup>28</sup>

Rossini afirma que o folguedo é conhecido, além de Folia de Reis, como Terno de Reis e Santos Reis, o conjunto, como “companhia”, “tripulação”, “comitiva” e “bandeira”, e os componentes, “foliões”. A Folia não tem um número fixo de foliões, algumas contam com quinze a vinte membros, dentre eles: o “mestre-violeiro”, “embaixador” ou “capitão da companhia”; o “contra-mestre”, também violeiro; o “alferes da bandeira”, “porta-bandeira” ou “bandeiro”; um ou dois palhaços, chamados “Paiço”, “Sebastião”, “Bastião” ou “Marungo”; e os cantores, que “resendem os versos entoados pelos violeiros, em diferentes intervalos, de acordo com as vozes mais e mais agudas”, designados “ajudante”, “contrato”, “tipe” e “contra-tipe”.

Os palhaços são os responsáveis pelas coreografias no intervalo dos cantos, divertindo o público, assustando as crianças, “improvisam, ao som do instrumental acompanhante, vivas, complicadas e acrobáticas figurações, nas quais dão a impressão de estar fora de si”. Eles só são autorizados a entrar nas casas retirando as máscaras.

Segundo Rossini, em consonância com os outros estudos, a finalidade da Folia é “visitar os moradores do município, especialmente das zonas rurais, para obter donativos para as festas de Reis, que podem constar de frangos, leitões, novilhos e até dinheiro”. E a época das peregrinações inicia-se em 24 de dezembro ou 1º de janeiro, terminando em 6 de janeiro. Algumas iniciam antes de dezembro, como uma folia encontrada pelo folclorista, que saía desde 20 de novembro.

É um costume dos foliões, destacado por Rossini, quando ocorre o encontro de duas folias, que se realizem desafios entre os “mestres-violeiros”. A folia vencedora pode exigir a bandeira, indumentária dos palhaços e instrumentos musicais do outro

---

<sup>28</sup> Idem, p. 103.

grupo, não podendo ser reclamadas apenas as arrecadações em dinheiro. Acredita-se também que quem impedir a entrada da Folia de Reis em sua casa será castigado pelos Reis Magos.

Dessa forma, podemos perceber certas aproximações entre os dados coletados pelos folcloristas, em diferentes tempos e lugares. Semelhanças – tais como época de circulação da Folia, personagens, modos de apresentação etc. – que também serão percebidas no próximo tópico sobre as Falias de Reis do Rio de Janeiro estudadas por alguns folcloristas.

### 1.3 – As Folias de Reis nos estudos folclóricos fluminense

Neste tópico centro a análise das Folias de Reis nos estudos feitos por alguns folcloristas no Rio de Janeiro. Dessa forma, faço uso detalhado dos trabalhos, especialmente das folcloristas Zaíde de Maciel Castro e Aracy do Prado Couto, por ser referencia para mim, dentre os trabalhos de estudo do folclore centrados nas Folias de Reis. Dessa forma, a intenção não é de pura síntese, mas de situar o leitor para melhor entendimento da prática das Folias de Reis no Rio de Janeiro e para abrir campos de observação e análise para os próximos capítulos.

O primeiro trabalho levantado para compreensão das Folias de Reis do Rio de Janeiro será o livro *Folia de Reis* de Zaíde Maciel Castro e Aracy do Prado Couto, publicado pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura em 1961<sup>29</sup>. Esse trabalho é a mais completa pesquisa de um folclorista da segunda metade do século XX e de fundamental importância no estudo das Folias de Reis do Rio de Janeiro.

As autoras, a época da pesquisa, eram professoras de Educação Física do antigo Estado da Guanabara. Esse dado nos faz refletir sobre o fato de o estudo do folclore estar vinculado ao meio não acadêmico e a disciplinas como Educação Física e Artes, por exemplo, distante de disciplinas como Sociologia e História no currículo escolar. Segundo informações sobre as autoras presente no próprio livro, Zaíde de Castro ministrava cursos de danças folclóricas e de recreação tradicional no Rio de Janeiro e em outros Estados e publicou os livros *Jogos e Rodas Infantis* (1956 e 1958, em duas edições) e *Danças do Norte e do Sul* (1960). Aracy Couto publicou alguns trabalhos sobre folclore na imprensa, um dos quais faz parte do livro. As autoras eram membros da Comissão Nacional do Folclore. A Comissão foi criada em 1947 por Renato

---

<sup>29</sup> Deixo registrado meu agradecimento ao Inepac (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) pela disponibilização de consulta aos seus arquivos e pela concessão do livro para reprodução.

Almeida, musicólogo e folclorista, e buscou centralizar os esforços no estudo do folclore no Brasil, superando o caráter local e criando uma rede centralizada no Rio de Janeiro, mas que se estendia por outros estados.<sup>30</sup>

O trabalho foi muito elogiado por especialistas do folclore, em menções que se encontram nos pareceres apresentados no início do livro. Ganhou o 10º Concurso Mário de Andrade de Monografias Folclóricas de 1955, da Discoteca Pública Municipal de São Paulo. A apresentação do livro é feita por Renato Almeida que destaca:

Desde logo, quero louvar a orientação das autoras, que fizeram uma pesquisa objetiva em determinados grupos, mostrando os seus elementos constitutivos, dados da organização e as implicações sociais conseqüentes... Diante de um folclore pouco pesquisado ainda, necessitamos conhecer, antes de tudo, as suas formas, para que possamos ter elementos que possibilitem estudos comparativos só proveitosos quando feitos com profundidade e não por semelhanças e aparências.<sup>31</sup>

Dessa forma, Renato Almeida conclui que a monografia das autoras está inserida no “método seguro de pesquisa”, fazendo uso de observação e entrevistas, apresentando a “realidade dos fatos” e a “ecologia social”, como também os aspectos da vida dos grupos, a função da Folia de Reis, a hierarquia, a disciplina e o comportamento dos foliões. Com estas considerações, Renato Almeida nos revela aspectos dos parâmetros da pesquisa folclórica valorizados naquele contexto de produção de monografias sobre a temática.

Zaíde de Castro e Aracy Couto enfatizam as migrações, em sua análise, como um dos traços distintivos das Folias. Segundo as autoras, o êxodo rural trouxe para

---

<sup>30</sup> VILHENA, Luís Rodolfo. Op. Cit. P. 80.

<sup>31</sup> CASTRO, Zaíde Maciel de; COUTO, Aracy do Prado. **Folia de Reis**. Rio de Janeiro : SEEC-RJ, 1961. Vol. 16. P. 7 e 8.

região metropolitana do Rio de Janeiro a Folia de Reis. A princípio podia ser notado em regiões de fronteira do Estado, como Caxias e Nova Iguaçu, mas as autoras constataram que se estenderam para os centros urbanos, nos bairros cariocas, dentre os destacados: Irajá, Morro do Salgueiro, Morro da Formiga, Morro da Babilônia, Vicente de Carvalho, Coelho Neto, Engenho Novo, Morro do Jacarezinho, Andaraí, Gávea, Ilha do Governador e Parada de Lucas. Dentre os foliões estavam fluminenses, mineiros e capixabas que emigraram em busca de melhores condições de vida, encontrando nos conterrâneos já aqui estabelecidos o estímulo para perpetuação da prática da Folia de Reis.

A pesquisa foi realizada nas jornadas de 1952/53 e 1953/54 nas Folias de Reis de Caxias, Nova Iguaçu e Guanabara (atual município do Rio de Janeiro). As Folias são relacionadas, assim, como o nome de seus mestres, profissão, cor, naturalidade e endereço. Os mestres são classificados como pretos, pardos e brancos, sendo a maioria pretos e pardos. As localidades de nascimento dos mestres estão especialmente no interior do Estado do Rio de Janeiro e também no interior de Minas Gerais e do Espírito Santo.

As autoras destacam – entendo como sinônimo de veracidade e credibilidade da pesquisa – que as anotações foram:

[...] confirmadas e corrigidas durante grande número de entrevistas com mestres, contra-mestres e foliões, às quartas-feiras, na sede da Confederação dos Reisados, organismo de vida efêmera que congregava algumas dezenas de folias, e em reiteradas visitas particulares.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Idem, P. 14.

A pesquisa incluiu ainda fotografias, filmagens e gravações de cânticos e de chulas.

Segundo as autoras, a escolha nas Folias não seguiu nenhum critério a não ser a “facilidade do contato” e a “seriedade dos informantes”.

Ao tratar de todos os elementos que envolvem a formação da Folia de Reis, a promessa é o aspecto inicialmente registrado. As autoras destacam que a Folia é sinal de júbilo pelo nascimento de Cristo e organiza-se em torno de uma promessa. Essa obriga a Folia a sair por no mínimo sete anos, com objetivo de alcançar a graça solicitada. Comumente, a promessa é feita pelo mestre, mas pode ser que tenha sido feita em conjunto pelos foliões ou por outra pessoa. Castro e Couto apresentam duas exceções, um mestre que declarou sair com sua Folia “porque gosta” e outro que disse que é “para continuar como na roça”.

Segundo as autoras, as Folias pesquisadas são compostas por amigos, parentes, compadres e aliados dos mestres, que se reúnem para saírem em jornada. Quanto à naturalidade dos foliões, elas ressaltam que não encontraram pessoas nascidas na Guanabara – atual município do Rio de Janeiro, onde se localizava o Distrito Federal. Os foliões provinham dos interiores dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. As cidades assinaladas foram: Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Itaocara, Friburgo, Valença, Miracema, Santo Antônio de Pádua e Vassouras, no Rio de Janeiro; Juiz de Fora, Palma e Leopoldina, em Minas Gerais; Alegre e Muqui, no Espírito Santo. A maior parte dos foliões provinha de Miracema e Cantagalo, segundo as autoras.

Eram, em sua maioria, lavradores no interior, desempenhando no Rio de Janeiro diferentes profissões, como pedreiros, carpinteiros, estucadores, mata-mosquitos, trabalhadores braçais, um ferroviário, um portuário, um refinador de açúcar, um cabineiro e um caixeiro, segundo destacam Castro e Couto. As mulheres, pastoras das Folias, eram em regra domésticas.

As autoras dividem os componentes da Folia, chamados por elas de figurantes, em dois grupos: foliões e palhaços. Os primeiros são “cantores e músicos” uniformizados e andam acompanhando a bandeira durante a jornada em formação militar. Os palhaços são “dançarinos e cômicos” que “ficam em segundo plano em relação aos foliões”, tem seus movimentos restritos, vestem-se da maneira que querem e cantam chulas, nas horas propícias. Segundo as autoras, o grande número de figurantes em algumas folias gerou a necessidade da inclusão do fiscal, “[...] cidadão incumbido de zelar pela boa ordem durante a jornada e de solucionar as questões que por acaso surjam”.<sup>33</sup>

O mestre é apresentado como chefe da Folia. Ele organiza toda Folia e lhe pertencem os uniformes, os instrumentos, a bandeira, bem como são de sua autoria os cânticos e o roteiro das jornadas. O dinheiro angariado fica sob sua responsabilidade, assim como a preparação da festa de remate – espécie de encerramento do período de jornada. Substitui-lhe, quando necessário, e auxilia-lhe o contramestre.

Figura de importância central nas Falias de Reis, a bandeira é apresentada pelas autoras como estandarte que simboliza “a jornada dos Magos a Belém e a intenção com que os foliões se dispõem à peregrinação”.<sup>34</sup> A bandeira representa a Folia, indo à frente dos foliões, ao seu lado ficam o mestre e contramestre e carregada pelo “alferes da bandeira”, que tem a função de não só carregar a bandeira, mas guardá-la e defendê-la – também chamado de alferes, bandeirista ou bandeireiro. Por vezes o alferes é uma mulher, como em algumas Falias observadas pelas autoras.

A adoração dos Magos é central na bandeira, mas no Rio de Janeiro, as Falias acrescentam a figura de São Sebastião, estendendo as jornadas até o dia vinte de janeiro.

---

<sup>33</sup> Idem, P. 20.

<sup>34</sup> Idem, P. 21.

Alguns mestres de Folias pesquisadas pelas autoras acrescentam estampas de santos de sua devoção, tais como da Virgem, São Jorge, São João Batista e São Cosme e Damião.

Segundo Castro e Couto, a bandeira, na sua sacralidade, tem função disciplinadora, afugenta as influências malignas e é o “receptáculo de espórtulas”. É a primeira a entrar nas casas, formando-se a Folia ao seu redor, e recebe as homenagens os donos da casa. Antes de sair em jornada pelas ruas, a bandeira é rezada: “[...] os foliões rezam ladainhas diante da bandeira e às vezes levam-na a benzer a uma igreja, depois da hora das missas, se para isso têm permissão prévia do vigário, ou fazem uma cerimônia equivalente ante um cruzeiro ou um presépio”.<sup>35</sup> No fim da jornada, é realizada a entrega da bandeira.

Quanto aos foliões, Castro e Couto afirmam que são no mínimo doze, mas que não há um limite máximo. São todos músicos, tocam algum instrumento, sendo os principais instrumentos das Folias a viola, o cavaquinho, a caixa de guerra, o triângulo, o pandeiro, o bumbo e a sanfona, que pode ser substituída pela harmônica. Outros instrumentos são aceitos em algumas folias, segundo as autoras, pela aproximação com outros folguedos, conjuntos musicais e com as “macumbas cariocas”.<sup>36</sup>

Os palhaços, assim como a bandeira, são figuras centrais nas Folias e as autoras dedicam um tópico a eles. Para os foliões, os palhaços representam os soldados de Herodes e teriam “parte com o diabo”: “A circunstância de haverem perseguido o Menino explica, naturalmente, a qualidade diabólica que os foliões atribuem aos soldados de Herodes”.<sup>37</sup>

Os palhaços se vestem da maneira que lhes convêm, mas devem estar sempre descalços e de máscara – faço um adendo para afirmar que essa informação me pareceu um tanto confusa, pois de acordo com as informações presentes no trabalho de Cáscia

---

<sup>35</sup>Idem, P. 23.

<sup>36</sup> Idem, p. 5.

<sup>37</sup> Idem, P. 28.

Frade e na minha própria pesquisa de campo, os palhaços têm uma série de regras em torno de sua atuação, como destacam as próprias folcloristas, e inclusive na vestimenta. Geralmente as máscaras são confeccionadas por eles mesmos. Normalmente as Folias contam com três palhaços, mas às vezes só trazem dois. Os palhaços usam “nomes de guerra”, mas não são impedidos de revelarem seus nomes e tirarem a máscara. Para as autoras, os palhaços são a “grande atração popular da folia” e divertem as crianças.

Para ser palhaço da Folia é preciso um aprendizado de sete anos, onde este “[...] recebe instruções sobre como comportar-se na folia e como fazer para libertar-se da parte que tem com o diabo”.<sup>38</sup> Esse processo de aprendizagem não é detalhado pelas autoras, apenas destacam é devido às muitas restrições que são atribuídas aos palhaços.

As autoras apresentam algumas restrições impostas aos palhaços. Eles não podem ficar a frente da bandeira e nem tocá-la, mas devem ficar perto dela a noite a fim de se protegerem de “influências diabólicas”. Ficam de fora das casas visitadas, podendo entrar diante de certas condições: quando há um oratório devem pedir licença e recebê-la antes de entrar, tendo um presépio, devem tirar a máscara, só podendo entrar depois do louvor aos Reis e dos agradecimentos. É de praxe que os palhaços fiquem na rua, divertindo crianças e adultos. Eles dançam ao ar livre, pois não podem dançar em ambientes fechados, e o dinheiro que recebem lhes pertence “[...] nenhum folião ousaria, sequer, tocar nas moedas, nem mesmo para entregá-las ao seu dono”.<sup>39</sup>

Segundo Castro e Couto, na festa de remate – festa de encerramento solene– os palhaços retiram sua “farda” antes dos foliões e comem separadamente. Apresentam-se primeiro na festa, no círculo feito pela Folia, onde, hierarquicamente, se identificam o primeiro, o segundo e depois o terceiro palhaço. Cantam uma chula ritmada pelo bumbo e, enquanto dançam, não cantam, nem recitam, mas incitam o público a jogar dinheiro.

---

<sup>38</sup> Idem, P. 29.

<sup>39</sup> Idem, P. 30.

Assim como em relação à máscara e à vestimenta, a dança dos palhaços é de livre inspiração, mas alguns passos são comuns a todos.

A disciplina nas Folias é muito rígida, como afirmam as autoras. Os foliões devem obediência ao mestre e, na sua ausência, ao contramestre, ao alferes e ao fiscal (quando há). Brigas são difíceis de acontecer, pois, segundo Castro e Couto, os mestres escolhem com cuidado seus foliões, dentre os “mais bem educados e compreensivos”. A restrição mais rigorosa é em relação a bebidas alcoólicas. Muitos mestres não admitem que os foliões bebam. Alguns permitem, mas sob controle. Os foliões não podem se afastar muito da bandeira, nem entrar em botequins e armazéns sem a licença do mestre.

Zaíde Castro e Aracy Couto destacam que a Folia tem origem numa promessa de sete anos, período no qual qualquer componente deve empreender a jornada, continuamente ou com interrupções, na mesma Folia ou em outra. Cada ano compreende uma jornada completa. A promessa é feita tanto pelo mestre quanto pelos foliões e tida como penitência, segundo as autoras os foliões por vezes falam de si como penitentes. Acredita-se que essa penitência atrai bênçãos para os componentes da Folia. Os palhaços também têm de cumprir os sete anos, pois “[...] somente através da árdua penitência da máscara poderão livrar-se dos seus influxos maléficos”.<sup>40</sup> Depois dos sete anos, os foliões estão livres do compromisso com a Folia, podendo sair à vontade, devendo cumprir toda a jornada, a menos que façam nova promessa, nesse caso devem cumprir novamente sete anos de penitência.

A literatura das folias é igualmente abordada quando se trata da inspiração poética para os cânticos, os cânticos em si, os temas e as chulas dos palhaços. Elas destacam que a Folia entoa cânticos de autoria principalmente do mestre, mas também do contramestre e outros foliões “com pendores intelectuais”. Os mestres tomam

---

<sup>40</sup> Idem, P. 34.

liberdade na apropriação da história bíblica relativa aos Magos, narrando, a seu modo, a peregrinação dos reis até o Menino Jesus.

Zaíde Castro e Aracy Couto afirmam que, no geral, os cânticos de Folia de Reis fazem referência ao nascimento de Jesus, à visita dos Reis Magos e, às vezes, à fuga para o Egito. Porém, elas destacam que, devido o ambiente religioso que cercam as Foliás e à concorrência entre os diversos grupos de foliões, os mestres ficam mais estimulados a buscar novos temas para seus cânticos, baseados no Velho e no Novo Testamento. Um dos exemplos apresentados pelas autoras é o cântico “Compaixão do Criador”, que conta a crucificação de Jesus, da Folia Cruzeiro do Sul, do Morro do Salgueiro.

Outro momento de criação poética dos foliões está nas chulas desenvolvidas pelos palhaços. As chulas dos palhaços contam com um diversificado repertório que nem sempre é original, pois os palhaços imitam seus colegas, decoram versos, histórias rimadas e desafios da literatura de cordel. Castro e Couto afirmam que “a chula conta uma estória impossível, absurda, que provoca o riso e a gargalhada exatamente por este motivo. Há, nela, muita semelhança com as emboladas do Nordeste”.<sup>41</sup>

Durante as visitas, Zaíde Castro e Aracy Couto destacam que os foliões entram na casa “tendo à frente a bandeira, mas deixando de fora os palhaços”. O alferes fica num canto da sala, com a bandeira de frente para os foliões. Castro e Couto ainda acrescentam que, de acordo com o costume, exige-se “que se cante três vezes, pelo menos, em cada casa – a chegada, em que se declara a intenção da jornada, a de anunciar, uma profecia, geralmente a Adoração, e o agradecimento”. O agradecimento ocorre ao fim da visita, após o chefe da casa colocar uma nota na bandeira em homenagem à folia, a chamada “bela oferta”. Os palhaços esperam a folia na rua,

---

<sup>41</sup> Idem, P. 55.

descansando ou fazendo brincadeiras com as pessoas que se reúnem na porta da casa. Quando os foliões saem, os instrumentos chamam os palhaços, que saltam, dançam, recitam suas chulas etc., vindo após a brincadeira dos palhaços, a despedida.

Segundo as autoras, a folia pesquisada entoa cânticos próprios, de autoria, principalmente, do mestre. Em conformidade com a opinião de alguns folcloristas em relação aos versos das músicas e desafios de afrodescendentes no Brasil, onde a falta de compreensão levaria a um reducionismo nas interpretações dos versos, muitas vezes atribuindo-os aos portugueses, as autoras destacam que a música carece de originalidade e que os versos, “exprimindo intenções e capacidades diferentes, são um campo aberto à iniciativa pessoal”. Em todos os cânticos, os versos, expressões, “maneiras de dizer”, seriam comuns, para as autoras, aos de outras folias do Brasil, acentuando-se o “tom bíblico” de acordo com o conhecimento do mestre. Estariam divididos em duas espécies: as saudações, cânticos para saudar os donos das casas visitadas, a bandeira de outro grupo que se encontra em marcha, um presépio etc.; e as profecias, cânticos de motivos bíblicos. Uma terceira espécie de cânticos possível são os em louvor a São Sebastião, como apresentado acima.

Por fim, as autoras tratam da festa de remate. Com o pouco dinheiro obtido durante a jornada e a contribuição de amigos, o mestre prepara a festa de remate. Segundo Castro e Couto, geralmente a festa ocorre num sábado, logo após o dia vinte de janeiro, dia de São Sebastião. As autoras descrevem a celebração da festa da seguinte forma:

Serve-se uma lauta ceia, em que não vigoram as proibições contra a bebida. Os foliões sentam-se a uma mesa com o mestre e o contra-mestre às cabeceiras, mas os palhaços em geral tomam lugar em mesa separada ou, excepcionalmente, fazem-no somente depois de servidos os foliões. Amigos e

conhecidos, a convite do mestre, podem participar do ágape. Antes ou depois da ceia, o mestre comanda uma oração de agradecimento ou faz um pequeno discurso alusivo à jornada.

Terminada a ceia, o alferes toma posição, com o estandarte, diante dos foliões, e, ao som dos cânticos, processa-se o desfardamento. Em primeiro lugar, os palhaços, ajoelhados, retiram a máscara e abandonam as suas roupas, colocando-as aos pés da bandeira. Em seguida, um a um, os foliões ajoelham-se e despem os blusões. [...] Os últimos a realizar a cerimônia são, nesta ordem, o contra-mestre, o mestre e o alferes.<sup>42</sup>

À meia-noite é chegado o momento da entrega, no qual os foliões colocam aos pés da bandeira os instrumentos que usaram durante a jornada para saudar os Reis. Por último, é feita a entrega da bandeira, “ao som do Canto de Entrega”, onde o alferes entrega à “madrinha da folia” a guarda da bandeira até a próxima jornada, no ano seguinte. No contexto analisado, a madrinha da bandeira normalmente é a esposa ou a filha do mestre.

Em uma nota final, as autoras falam das modificações que as Folias sofreram com a sua “chegada” ao Rio de Janeiro. Dentre as alterações estão: a extensão da jornada por mais quatorze dias, incluindo São Sebastião na bandeira e também nos cânticos; o aumento no número de foliões, “engrossada pelo êxodo rural”, e a inclusão das mulheres na Folia, destacado como um fenômeno recente, “estimulado talvez pelo exemplo das escolas de samba”; o aumento da variedade de instrumentos; a peregrinação referente à jornada só acontecer nos fins de semana e feriados, devido à “carestia da vida na zona estudada”; a cordialidade entre as Folias e a “consciência comum”; a influência da “macumba” e do espiritismo.

---

<sup>42</sup> Idem, P. 60.

O trabalho de Zaíde Maciel Castro e Aracy do Prado Couto é ainda hoje referência e o texto mais completo de um folclorista sobre as Folias de Reis do Rio de Janeiro. Portanto, se justifica o grande uso desse trabalho nesta dissertação, a fim de abrir os horizontes de análise das Folias de Reis atuais no próximo capítulo, não a título de comparação, mas na busca de entendimento em relação às permanências e transformações que acontecem nas Folias, bem como da visão dos foliões sobre a “tradição”.

O próximo trabalho a ser contemplado na exposição sobre as Folias de Reis fluminenses será o artigo de Manuel Diégues Júnior<sup>43</sup> presente na *Revista do Folclore Fluminense* de agosto de 1953, intitulado “As Folias de Reis”. O artigo é a resenha de uma apresentação, feita em reunião da Comissão Nacional do Folclore por Francisco Manuel Brandão. Brandão, folclorista paraense, formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro, em 1943. Foi professor e incentivador da arte e da cultura na Baixada Fluminense e pesquisou duas folias de Nova Iguaçu.

As folias de Nova Iguaçu contempladas no estudo foram a de Tinguá – tendo como mestre um carvoeiro e lenhador, profissão da maioria dos foliões do grupo – e a de Mesquita (que a época era distrito de Nova Iguaçu) – não sendo apresentada a profissão do mestre dessa Folia.

Diégues destaca que os dois mestres foliões explicam o que seria a Folia de Reis afirmando a evocação à visita dos Reis Magos ao Menino Jesus, mas, curiosamente, apontam que esta visita foi feita quando Jesus tinha doze anos e esteve no Monte das

---

<sup>43</sup> Manuel Diégues Júnior foi importante sociólogo, antropólogo, jurista e folclorista alagoano, de destaque internacional. Formou-se em 1935 na Faculdade de Direito de Recife. Foi professor de antropologia cultural e antropologia do Brasil e diretor do Departamento de Sociologia e Política da PUC/RJ. Foi um grande estudioso do Folclore, ministrando cursos em universidades estrangeiras. Foi membro da American Anthropological Association e do Instituto Histórico Brasileiro e também residiu a Associação Latino Americana de Sociologia. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/mapeamento-cultural/alagoanos-ilustres/manuel-diegues-junior>. Acesso em: 25 de ago. 2016.

Oliveiras. Outra questão é a associação feita pelos mestres da visita dos Reis Magos à fuga de Jesus e sua família para o Egito.

Os foliões, segundo a pesquisa, se julgam soldados de Cristo. Assim como Castro e Couto e os outros folcloristas trabalhados no tópico anterior, Diégues dá destaque à figura dos palhaços, afirmando serem eles centrais no conjunto. Ele evidencia que nas folias de Nova Iguaçu os palhaços representam a encarnação do diabo: “(...) é a figura galhofeira do grupo, diz pilherias, faz acrobacias, etc. Todo o desenrolar da Folia se prende à exibição dos palhaços, cantando, fazendo piruetas, dançando”.<sup>44</sup>

A bandeira, segundo a pesquisa, é elemento fundamental da Folia de Reis, tal como vimos em Castro e Couto. Leva a estampa dos Reis Magos na visita a Jesus, recebendo ainda outras estampas e enfeites. Da mesma forma que na pesquisa das autoras anteriormente apresentadas, Diégues destaca que na investigação de Brandão as apresentações das Folias de Nova Iguaçu se estendem até o dia 20 de janeiro. Sendo assim, ele enfatiza que a Folia de Reis, pertencente ao ciclo natalino, se vincula a velhas formas de Reisados, dos quais, o autor acredita, teria a Folia se desvinculado e formado outro folguedo. Pelo fato de os palhaços pedirem dinheiro, Diégues associa a Folia também às janeiras ou peditórios, comuns à época dos Santos Reis em Portugal, sem que isso o separe da similaridade com o Reisado.

O autor encerra o breve artigo sobre a pesquisa de Brandão afirmando que a reconstituição das origens da Folia de Reis requer maiores investigações e que Nova Iguaçu poderia ser de grande importância nessa construção.

O terceiro trabalho a ser analisado será o livro *Cantigas de Reis e outros cantares* de Anna Augusta, pesquisa feita no norte fluminense – mais especificamente

---

<sup>44</sup> DIÉGUES JR., Manoel. “As Folias de Reis”. Revista do Folclore Fluminense. Niterói: Ano I. Agosto de 1953, nº 1. P. 19.

na região de Campos dos Goytacazes e São João da Barra – e publicada em 1977. Não foi possível encontrar muitas informações sobre a autora, apenas que ela fez uma extensa pesquisa sobre o folclore na região de Campos e São João da Barra.

Anna Augusta inicia afirmando que a palavra *reis* tem sentido bem flexível na região pesquisada, tendo o mesmo significado de folia, enquanto folguedo e brincadeira alegre de rua. Para autora, a Folia de Reis confunde-se com os reisados e com outras celebrações de Natal, Ano Novo e Dia de Reis, como ternos, ranchos, autos pastoris etc. – assim como destaca Diégues na pesquisa apresentada anteriormente.

Anna Augusta, num tom saudosista, fala que a Folia de Reis anteriormente era composta de músicos “vestidos a caráter”, de palhaços que eram notáveis dançarinos e cantores especializados. Contudo, a autora destaca que no entorno de Campos ainda existe uma Folia “bem organizada e ensaiada” – em suas palavras – que saem na época de Reis. Recolhem ofertas, mas não tem o caráter de peditório e não se confundem com a Folia do Divino, que desapareceu da região, restando apenas algumas memórias.

A Folia de Reis do norte fluminense é descrita pela autora como um folguedo sem restrições de meio, atividade, cor, idade, posição social, ao contrário de outras festas populares, e tem sido amplamente difundida em diversas áreas. O número de participantes era irrestrito e as Folias fáceis de organizar e improvisar: “Bastavam três ou quatro pessoas animadas e dispostas, das quais um deveria ser cantador – e uns poucos instrumentos: uma viola ou violão, um pandeiro (indispensável)”<sup>45</sup>. Diferente de Castro e Couto, a autora não destaca uma organização mais rígida e não fala da obrigatoriedade de cumprimento de uma promessa. Apesar da predominância dos homens nas Folias de Reis de Campos e São João da Barra, algumas mulheres integravam os grupos e, por vezes, até o chefiavam.

---

<sup>45</sup> AUGUSTA, Anna. *Cantigas de Reis e outros cantares*. Rio de Janeiro: INELIVRO, 1979. P. 16.

A autora diz que em Campos a Folia de Reis ficou no passado, mantendo-se ativa nas vilas, fazendas e povoados e nas, segundo ela, “tradicionalistas” Gargaú e São João da Barra: “Os próprios moços gostam, tomam parte e tornam-se adeptos do folguedo pitoresco e antiqüíssimo, que nos foi trazido e aqui implantado pelos colonizadores do país”<sup>46</sup>.

A prática, segundo a autora, sofreu algumas modificações, mas nenhuma fundamental, relacionadas com os fenômenos sociais, a tecnologia e o progresso. A organização do grupo seria a mesma, porém com uma maior participação feminina. Anna Augusta faz alguns apontamentos sobre a forma de organização dos cânticos e louvações, destacando algumas modificações, mas afirmando permanecer o “repertório secular”. Em Campos aconteceram mudanças nos costumes, algumas alterações de estrutura e perda da espontaneidade, por conta dos ensaios prévios.

Para a autora, apesar das modificações, relacionadas ao processo social e à evolução dos costumes, a “essência” permanece – o júbilo e a fraternidade celebrados em torno do nascimento de Jesus. Dessa forma, Anna Augusta afirma que ocorre uma evolução dos costumes, sinal de progresso: “(...) podemos sentir a satisfação de constatar as diferenças entre ontem e hoje, entendendo-as como indício de um amanhã que desejamos longo e sempre atualizado”<sup>47</sup>.

O ciclo de Reis das Folias estudadas pela autora se inicia em dezembro e se estende até o dia de Reis, 6 de janeiro. Assim como apresentado nos estudos anteriores, a autora destaca que as atividades podem se estender até o dia de São Sebastião, 20 de janeiro. Mas o santo de maior devoção na região, também celebrado na Folia, é Santo Amaro, padroeiro de várias localidades da região, sendo seu dia 15 de janeiro: “Assim, em Santo Amaro, Atafona, Grussaí, São João da Barra, Amparo, Farol, Açú, e onde

---

<sup>46</sup> Idem, p. 18.

<sup>47</sup> Idem, p. 20.

quer que seja fervoroso o seu culto, prolongavam-se as visitas ou saídas e como homenagem encerravam-se somente no dia da festa do santo querido”.<sup>48</sup>

Em vista dos aspectos observados nos trabalhos dos folcloristas que analisaram as Folias de Reis do Rio de Janeiro, podemos perceber em seus discursos – apesar da importância e do valor histórico de seus registros – a falta de um contexto mais amplo de análise. Dessa forma, recorreremos novamente a Néstor Canclini na crítica e avaliação dos estudos folclóricos.

Tendo como foco principal a questão da cultura popular na sociedade capitalista moderna, Canclini procura desconstruir a noção de “popular” em seu sentido fixo como algo pertencente ao “pré-moderno” ou a formas de vida “tradicionais”. O “popular”, nesse sentido, é considerado por sua posição social subalterna no mercado de bens simbólicos e como algo construído. Assim, demonstra que o “popular” enquanto cultura não é um *a priori* que conecta os populares às tradições em oposição aos setores hegemônicos modernos. Para compreender o “popular”, é preciso entender que suas tradições se modernizam e questionar a oposição entre tradicional e moderno, desfazendo as operações científicas e políticas que contraíram o popular.

Segundo o autor, os estudos folclóricos eram promovidos por interesses políticos e ideológicos, tais como a construção de uma identidade nacional e a visão romântica de regatar os sentimentos populares frente ao novo paradigma liberal desagregador. Desse modo, o “popular” para os folcloristas do século XX, seria o lugar do resgate da tradição, das origens da identidade nacional, daquilo que é puro e que sobreviveu, e que, portanto, precisa ser cuidado e resguardado.

Analisando a Folia de Reis nos estudos dos folcloristas, podemos perceber a ideia de “popular” como sobrevivência de um tempo que ficou para trás, encontrada em

---

<sup>48</sup> Idem.

performances, cantos e poesias e que são narradas com tom mais ou menos saudosista. A permanência dessas tradições enquanto ato não são vistas como experiências ativas constituídas coletivamente e, deste modo, não são compreendidas em suas interações e transformações sociais.

Outro fato é a preocupação com a construção da nacionalidade brasileira e a diversidade cultural do Brasil, a partir das tradições populares do negro e do português como um patrimônio, perpassando as divisões de classe e de etnia. Por outro lado, como Canclini afirma, o folclorista faz uso da cultura popular para evidenciar e conscientizar a situação marginal do país.

Segundo Canclini, as tradições não se fecham à modernidade e nem a modernidade acaba com a tradição. Essa circularidade não foi considerada pela maioria dos folcloristas, principalmente nesse momento de construção da identidade nacional. Nos seus trabalhos, não se destacam o desejo dos populares de se inserirem no moderno. Para além da reestruturação promovida pelos intelectuais, ocorre também a reestruturação com que as classes populares, então possuidora das tradições, adaptam seus saberes e hábitos. Buscaremos analisar o relato dos foliões atuais partindo desse pressuposto.

## CAPÍTULO 2

### *Memória e História do grupo de Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira*

#### 2.1 Memória coletiva: o recordar na construção de identidades sociais.

A partir desse momento, passaremos à análise dos registros orais feitos junto à Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira que será central nessa pesquisa. Mas primeiro, é necessário pensarmos os conceitos de memória, história oral e identidade. Para isso, faremos uso dos principais nomes referência no estudo desses conceitos.

Maurice Halbwachs é central nas discussões sobre memória e está presente nos demais estudos que iremos analisar. O autor estabelece uma discussão na qual a memória sai da esfera particularmente individual e passa a integrar a concepção de memória sempre coletiva.

Para Halbwachs, mesmo que estejamos envolvidos em acontecimentos vivenciados apenas por nós mesmos, as lembranças sempre serão coletivas, porque na verdade nunca estamos sós: “Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”<sup>49</sup>.

Dessa forma, Halbwachs afirma que se não conseguimos recordar determinado fato é porque há muito tempo não fazemos mais parte do grupo no qual a memória se conservava. Não bastam os depoimentos dos outros, é preciso que a narração não pare de concordar com suas memórias, ou seja, é necessário que existam pontos de ligação entre um e outro para que a lembrança que nos recordam seja recuperada sobre um embasamento comum.

---

<sup>49</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. P. 26.

Portanto, só nos lembramos quando nos colocamos no ponto de vista do grupo e nos situamos em correntes de pensamento coletivo, afirma o autor:

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo.<sup>50</sup>

Dessa forma, Halbwachs confirma seu raciocínio, ao afirmar que não nos recordamos da nossa primeira infância porque ainda não somos entes sociais.

Sendo assim, o autor destaca que cada memória individual está sob a ótica da memória coletiva, que esta ótica muda conforme o lugar ocupado pelo indivíduo e que este lugar também muda, conforme a relação estabelecida com outros espaços.

Fernando Catroga concorda com Halbwachs ao afirmar que a memória individual é constituída pela concordância de várias memórias em constante construção, devido às transformações do presente em passado e as alterações nas “re-presentações” desse passado.

Catroga afirma que o ato de recordar enquanto presente-passado é experiência interior, onde a singularidade une os muitos tempos sociais. Assim como Halbwachs, vai contra a ideia de Bergson de uma “memória pura”, de uma conservação total do passado. Para o autor, a memória coletiva existiria como um tipo de contrato social, uma conquista que a subjetividade sempre renegocia. Em conformidade com a tese de Paul Ricoeur, na qual recordar é um ato relacional, de alteridade, Catroga assinala que

---

<sup>50</sup> Idem, p. 36.

“(…) a recordação envolve sujeitos diferentes do evocador e do desejo de ascender ao verossímil se comprovar com o recurso às recordações dos outros”.<sup>51</sup> Dessa forma, a consciência do eu se estabelece em paralelo com memórias não só vivenciadas, mas adquiridas, narrativas contadas pelos outros.

Catroga destaca que a formação da identidade – formação do eu, nas palavras do autor – é indissociável da forma como cada um se relaciona com os valores dos grupos sociais em que está inserido e de como organiza sua trajetória à luz do seu passado. Cita Halbwachs ao falar em “quadros sociais de memória”, afirmando que a personalidade se forma dentro desses quadros, abrindo possibilidades para apropriação pessoal do que foi herdado e para reinterpretações.

A partir dessas constatações, Catroga ressalta a possibilidade do esquecimento ser “historiável”, ou seja, o ausente pode ser tão importante quanto o lembrado, de forma que o que é esquecido nem sempre o é involuntariamente. Nessa análise, o autor enfatiza ser importante diferenciar o esquecimento irreversível, campo vazio, do esquecimento de reserva, repleto de significações. Sendo assim, não seria o passado que se imporia ao presente, mas o presente, em constante tensão, que traria à luz o ausente:

(…) predisposições que condicionam os indivíduos a selecionarem as marcas do seu pretérito, processo psicológico em que as recordações são acompanhadas pelo que se olvida, pois, quer se queira quer não, escolher implica, igualmente, esquecer, silenciar e excluir aquilo de que já se teve notícia.<sup>52</sup>

Dessa forma, para Catroga, assim como para Halbwachs, na mente não existem vazios nem esquecimentos absolutos, confrontando a ideia de Bergson de que o passado

---

<sup>51</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. P. 13.

<sup>52</sup> Idem, p. 28.

residiria por inteiro na memória das pessoas e que as limitações do cérebro humano impediriam a constante recordação. Portanto, Catroga afirma que novos traços podem provocar lembranças esquecidas e que “novas alterações situacionais do evocador podem levar a ‘reescrever’ o que nunca se esqueceu”.<sup>53</sup> Sendo assim, as lembranças da infância não seriam as mesmas se rememoradas vinte anos depois. Nos atos de recordar ou esquecer nada está estático.

Catroga reconhece em Halbwachs o primeiro grande teórico da sociologia da memória coletiva, mas destaca que o autor se dedicou a separar, como dois campos distintos, a história vivida da história escrita:

Halbwachs, porém, quis separar as águas: enquanto a memória histórica seria um produto artificial, com uma linguagem prosaica e ensinável, destinada ao desempenho de papéis sociais úteis, a memória coletiva teria uma origem anônima e espontânea, uma transmissão predominantemente oral e repetitiva, bem como um cariz normativo. E o fito de sua argumentação era claro: demonstrar que o pensamento social é, antes de tudo, uma memória forjada pelas recordações coletivas, objeto, portanto, do sociólogo e não do historiador, esse estudioso de coisas definitivamente mortas.<sup>54</sup>

Dessa forma, Halbwachs se enquadra no pensamento da escola clássica de E. Durkheim em relação à historiografia, onde se dá a separação precisa entre história e memória, sendo aquela reduzida ao campo de erudição arquivística. A história seria única, enquanto muitas memórias coletivas existiriam nos grupos sociais que as detinham.

---

<sup>53</sup> Idem, p. 32.

<sup>54</sup> Idem, p. 54.

Alinhado ao pensamento de Ricoeur, Catroga destaca que a memória e a história, bem como a historiografia, estabelecem uma relação de mútua interação, onde a memória seria a matriz da história.

Retomando a relação memória/identidade na construção da memória coletiva, destaco o trabalho de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. Nesse estudo a autora traz o que ela chama de uma hipótese psicossocial da memória presente das lembranças dos idosos. Para a autora, é possível observar uma história social bem demarcada, pois os idosos já experienciaram uma maior vivência social, familiar e cultural:

[...] sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade.<sup>55</sup>

A partir deste ponto, a autora se questiona se a memória dos idosos seria uma evocação pura do passado, como sugeriu Bergson, ou um trabalho de reconstrução. Bosi afirma que o adulto, em sua vida ativa, tem na memória uma fuga, um lazer, uma contemplação, “como se este lhe sobreviesse em forma de sonho”.<sup>56</sup> Já o idoso, não necessitando mais descansar das suas lides, se ocupa com atenção e consciência do seu passado.

A autora se vale do pensamento de Halbwachs e destaca que coerentemente ele afirma que a memória é conduzida por sua função social, neste caso o idoso seria o sujeito que se lembra:

---

<sup>55</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 4ª edição. P. 60.

<sup>56</sup> Idem.

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade.<sup>57</sup>

Em última análise, Bosi destaca a construção social da memória, onde a narração e interpretação dos fatos estabelecem uma verdade consagrada. Nessa perspectiva, a autora afirma que a visão do grupo busca fixar uma imagem para a história. Sendo assim, quando um indivíduo evoca um fato no qual os outros membros do grupo não dão apoio, não se lembram, é como se esse indivíduo estivesse sonhando, imaginando, fazendo com que ele duvide, hesite em relação a sua lembrança:

A elaboração grupal comum seria, portanto, decisiva. Sem ela, tende a reproduzir-se com mais força o teor da ‘primeira impressão’, matéria daquela lembrança-imagem e da ‘memória pura’ de Bergson. Com ela, ao contrário, a primeira impressão ficaria cancelada e substituída pelas representações e ideias dominantes inculcadas no sujeito (hipótese de Halbwachs), ou apenas amortecida no inconsciente, de onde poderia sair durante o sonho e nos raros momentos de livre evocação (hipótese de Bergson).<sup>58</sup>

Pensando na construção social da memória, retomaremos a questão no próximo tópico, especialmente por meio do trabalho de Alessandro Portelli. Em “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. Portelli apresenta relatos de sobreviventes de um massacre em 1944, durante

---

<sup>57</sup> Idem, p. 63.

<sup>58</sup> Idem, p. 67.

a ocupação nazista, numa pequena cidade italiana. O massacre foi resultado de retaliação à morte de três soldados alemães pela Resistência – os chamados *partisans*.

Segundo Giovanni Contini, esse acontecimento causa uma “memória dividida”. A memória oficial da Resistência culpa os nazistas pelo massacre e, por outro lado, os sobreviventes culpam os *partisans* pelo ocorrido, pois, segundo eles, aquela cidade vivia em paz, mesmo diante da ocupação nazista, até a Resistência matar os três soldados.

Segundo Portelli, as duas memórias entram em choque a partir do momento em que os sobreviventes não aceitam, ou vêem como uma ofensa à memória das vítimas do massacre as comemorações da Resistência. Para ele, o historiador deve ser crítico e respeitar as pessoas envolvidas ao se deparar com relatos de uma memória dividida: “Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas de uma forma ou de outra, ideologicamente e culturalmente mediadas.”<sup>59</sup>

Dessa forma, as memórias divididas dos sobreviventes e da Resistência devem ser entendidas pelas suas subjetividades, carregadas de ideologias e sentimentos. Sendo esse conceito plural, deve ser pensado de maneira criteriosa, possibilitando a compreensão dessas diversas opiniões.

Complementando essa discussão, em outro artigo intitulado “A filosofia e os fatos”, Portelli afirma que a palavra chave é *possibilidade* na interpretação das fontes orais e das memórias. O autor destaca que no plano textual, as fontes orais e as memórias abrem um campo de possibilidades expressivas, mas é no plano dos conteúdos que devemos levar em consideração não simplesmente a reconstrução do

---

<sup>59</sup> PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. P. 106.

ocorrido, mas a subjetividade, o que as pessoas sabem ou imaginam em relação aos fatos. As diversas possibilidades vão construir uma “subjetividade socialmente compartilhada”:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis.<sup>60</sup>

Em última análise, Michael Pollak em “Memória, silêncio e esquecimento” afirma que, numa perspectiva construtivista, não tratamos mais dos fatos sociais como coisas, mas analisamos como eles se convertem em coisas. Portanto, levando essa abordagem à memória coletiva, devemos nos centrar no processo e nos atores que intervêm nesse processo, “no trabalho de constituição e formalização das memórias”.<sup>61</sup>

Dessa forma, a história oral, ao privilegiar a história dos excluídos e das minorias, destaca memórias subterrâneas que muitas vezes se opõem à “memória oficial”: “A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”.<sup>62</sup>

Assim como afirma Michel Pollak, a memória é um fenômeno construído consciente ou inconscientemente, dessa forma memória e identidade são valores em constante disputa. E essas disputas e divergências – sejam dentro de um mesmo grupo ou entre a memória tida como oficial e as memórias subterrâneas – se convertem em um bom caminho de pesquisa para o historiador.

---

<sup>60</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*. Rio de Janeiro. vol.1, nº 2, 1996. P. 8.

<sup>61</sup> POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: FGV, vol.2, nº 3, 1989. P. 4.

<sup>62</sup> Idem.

Em vista dos argumentos apresentados, percebemos que a memória é seletiva, nem tudo fica registrado como em uma máquina ou guardado esperando o momento em que será ativado. A memória pode ser herdada e não só experienciada. E quando vivida, pode sofrer mudanças, oscilações, do momento em que é vivenciada ao momento em que é proferida, pois o indivíduo está em constante influência dos grupos sociais de que faz parte. Portanto, a história retomada anos mais tarde pode ser expressa de forma diferente, de modo que o indivíduo não é mais o mesmo. Isso não faz do trabalho com a memória e a história oral menos válido que o feito por meio de documentação material, mas abrem um vasto campo de possibilidades e interpretações, sujeitos à crítica do historiador.

## 2.2 – Memórias e práticas dos foliões da Sagrada Família da Mangueira

Este próximo capítulo será baseado na análise de entrevista feita em 29 de outubro de 2016, na sede da Folia de Reis Sagrada Família, na Rua Visconde de Niterói, 354 – Maracanã – Rio de Janeiro. No prédio funciona a ONG Mangueira Comunidade e Ação, que oferece cursos e atividades culturais e sede uma sala para a Folia. Além da sala, a ONG empresta o salão de festas para a realização das festas da Folia, como a festa de arremate. A entrevista foi concedida a mim e a minha orientadora Larissa Viana. Fomos recebidas gentilmente pelo grupo que se disponibilizou a nos ceder essa entrevista, mobilizados pelo mestre Hevalcyr e por sua esposa, a bandeireira Eliane.

Na entrevista estavam presentes foliões Hevalcyr Ferreira da Silva, mestre da Folia, sua esposa Eliane, alferes da bandeira (ou bandeireira) da Folia, Sr. José Coutinho, um dos foliões mais antigos do grupo e contra-mestre do grupo e Cláudio, palhaço da Folia.

Também nos apoiaremos neste capítulo na dissertação de Mestrado da antropóloga Patrícia Monte-Mór, defendida no Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional, importante trabalho sobre a Folia de Reis na Mangueira.

Quando perguntamos como começou a Folia de Reis na Mangueira, Hevalcyr passa a palavra para o Sr. José Coutinho, segundo ele, Sr. José Coutinho exerce a função de “griô”. Essa palavra de origem africana – aqui escrita de forma abreviada - significa o guardião da memória de um grupo, o indivíduo que, numa comunidade religiosa ou tradicional, detém a memória e pretende perpetuar as tradições orais do grupo<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup>Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cultura/galeria/audios/2013/02/voce-sabe-o-que-e-um-grio>. Acesso em 15 de jun. 2017.

A partir dessa pergunta, Sr. José Coutinho nos diz que havia no princípio a Folia do Sr. Serafim, a Sagrada Família, e a Manjedoura da Mangueira, Folia que contava com integrantes de uma fábrica, a Cerâmica Brasileira, na qual os funcionários eram pessoas que “gostavam de Reis” – em suas palavras – e que, como eram de Minas Gerais, todo ano retornavam à Minas para sair na Folia, na “época de Reis”.

Patrícia Monte-Mór também nos traz, assim como Sr. José Coutinho, que a região da Mangueira contava com dois grupos de Folia de Reis, sendo a Manjedoura da Mangueira o primeiro grupo da região. A história da Manjedoura está relacionada à região mineira da Zona da Mata e a partir da junção dos funcionários da fábrica de origem mineira formaram, sob a liderança do Sr. Beja e do Sr. Teixeira, a Folia Manjedoura da Mangueira.

A Folia Sagrada Família, comandada pelo Sr. Serafim, migrante de Cantagalo, no Norte do Estado do Rio, teve contato com a Folia da Manjedoura por meio do trabalho na fábrica de cerâmica.<sup>64</sup> Podemos perceber, assim como afirmaram Castro e Couto, que os foliões de Reis provinham do interior do Estado do Rio, de Minas e do Espírito Santo, como afirmam as autoras, nenhum folião dos grupos pesquisados por elas era da “Guanabara”, da cidade do Rio de Janeiro. Patrícia Monte-Mór fala da construção de uma identidade regional entre os foliões na década de 70. Não pude perceber essa marca identitária na fala do grupo atual, acredito que isso é devido aos foliões hoje já serem quase todos nascidos na cidade do Rio de Janeiro.

Os dois grupos, segundo a antropóloga, quando estudados por ela na década de 70, eram independentes um do outro, mantendo sua autonomia ritual, embora alguns foliões participassem das duas Falias em algumas ocasiões. Sr. José Coutinho

---

<sup>64</sup> MONTE-MOR, Patrícia. Hoje é o dia do Santo Reis: um estudo de cultura popular no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, – Museu Nacional - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1992.

exemplifica na entrevista essa questão destacada por Monte-Mór, ao afirmar que os foliões tinham uma apresentação no Maracanã e que, devido à falta de registro da Folia Sagrada Família, as duas resolveram se apresentar juntas com o nome de Manjedoura da Mangueira, o nome da outra Folia.

Hevalcyr é o atual mestre da Folia de Reis Sagrada Família. Junto de sua esposa, Eliane, que exerce a função de alferes da bandeira na Folia, ele organiza as jornadas, os instrumentos, as roupas, a festa de remate e tudo o mais que envolve o funcionamento da Folia. Segundo ele, exerce a função de mestre, dotado de todo conhecimento que a função exige e de dono da Folia, cumprindo a obrigação de organizar toda a Folia, responsabilizando-se pela parte prática e financeira.

Hevalcyr nos conta que quando ainda bem jovem, tinha a pretensão de organizar uma “Folia de garoto”. Na época, a Folia estava sob a responsabilidade do mestre Geraldo que, vendo o interesse de Hevalcyr, resolveu reativar a Folia Sagrada Família, que até então estava por um período desativada, indo na Divisão de Folclore do INEPAC resgatar todo o material da Folia que ele havia doado. Desde criança Hevalcyr acompanhava e tinha interesse em participar da Folia de Reis, tendo o desejo de sair como palhaço, mas sua mãe o proibia devido ao seu problema de visão. Porém, devido à insistência de Hevalcyr, sua mãe o autorizou a sair na Folia, desde que não fosse como palhaço. Ele passa a sair na Folia com treze anos de idade e, devido à influência familiar, desenvolveu interesse e aptidão para instrumentos de corda. Dessa forma, quando na ausência do mestre da Folia numa apresentação, Hevalcyr já com certa experiência na Folia e na apresentação dos cânticos, da toada (melodia) e profecias (letras), exerce a função de mestre e a partir daí segue esse trabalho. Hevalcyr tinha conhecimento do *fundamento*. Segundo afirma Daniel Bitter, para os foliões, o

*fundamento* seria a detenção dos saberes, “o conhecimento sagrado que rege as práticas de foliões e devotos, enfim, o *fundamento* é também um dom divino”.<sup>65</sup>

Eliane, por sua vez, atua como alferes da bandeira no grupo. Assim como afirma Monte-Mór, podemos perceber ainda hoje que a Folia de Reis se centra num núcleo familiar, hoje em volta das figuras do casal Eliane e Hevalcyr. A função de alferes da bandeira é de grande responsabilidade. Eliane tem a função de levar o “sagrado”. A bandeira representa a sacralidade da Folia de Reis. Como afirma Bitter, ela é um objeto de forte importância simbólica e ritual:

Constitui um ponto focal, um “símbolo dominante”, estabelecendo hierarquias e um intenso campo de interações em torno de si. *Bandeiras*, ao lado de coroas, altares moveis, registros, esculturas, relíquias e outros objetos, muitas vezes ocupam lugar central em diversas manifestações religiosas, constituindo meios privilegiados para a intermediação com a ordem supramundana. Em muitos contextos, a importância desses artefatos para a vida social pode ser resumida na crença de que sejam capazes de fornecer bênçãos, graças e outras dádivas, como curar enfermos, cessar calamidades naturais ou propiciar ganhos materiais. O ponto a ressaltar é que, de modo geral, devotos esperam que todos esses benefícios venham diretamente do objeto material, por meio de sua presença, proximidade, visibilidade e contato.<sup>66</sup>

Segundo o mestre Havalcyr, a bandeira simboliza todo “sincretismo religioso”. A bandeira da Folia de Reis Sagrada Família já conta permanentemente com a figura de São Sebastião pintada nela:

---

<sup>65</sup> BITTER, Daniel. Op. Cit. P. 146.

<sup>66</sup> Idem, p. 129.

HEVALCYR: Eu sempre boto junto porque, quando passa seis de janeiro, já é São Sebastião mesmo, eu já preferi... aí eu canto um verso: “Os três Reis pedem licença pro Mártir São Sebastião” e *vamo* embora. **Risos.**

Como podemos ver no trabalho da folclorista Anna Augusta, Hevalcyr e Eliane também confirmam que à bandeira também podem ser acrescentados os santos de devoção dos foliões e cantadas suas histórias:

THAIS: Aqui no Rio é só São Sebastião mesmo? Não tem outro santo...

HEVALCYR: Ah, tem sim. Às vezes as pessoas botam...a bandeira você pode botar todo o seu santo de devoção. A bandeira é um santuário. A gente tinha, agora que a gente tirou. Já teve aí São Jorge na bandeira, Nossa Senhora Aparecida, entendeu?

ELIANE: Que aí as pessoas também podem botar o santo da sua devoção.

Eliane é responsável por auxiliar o mestre Hevalcyr em toda organização da Folia. Ela nos explicou que no dia 24 de dezembro começam as saídas da Folia de Reis. Atualmente, no dia 24 eles vão para a Penha, onde passam a madrugada do dia 25. A partir daí eles passam a visitar outras comunidades, igrejas, centros espíritas. Algumas casas já são certas de todo ano, outras telefonam e agendam as visitas. Seguem assim até o dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião. Hevalcyr afirma que Eliane é seu braço direito, pois com ela confeccionam as coroas, as roupas etc.

A partir do dia 24 de dezembro que Hevalcyr vai saber quais foliões irão lhe acompanhar durante o período de jornada do ano que se segue. Segundo ele, o número de foliões varia até vinte pessoas, sendo que a regra é que a Folia saia com no mínimo doze foliões e um palhaço.

Questionamos como são compostos os cânticos e Hevalcyr nos contou que boa parte vem da “antiguidade”, da “tradição”, que ele aprendeu com os mais antigos, mas que de vez em quando eles fazem algumas adaptações. Às vezes eles aproveitam algumas melodias de músicas famosas, colando a letra, a “profecia”, da Folia de Reis.

No trabalho de Patrícia Monte-Mór podemos ver o depoimento do Mestre Simplício, mestre apresentado por Hevalcyr como um dos responsáveis por sua inserção na função, que lhe apresentou os cânticos e a responsabilidade de mestre folião. Ele destaca que, antes do Natal, eles cantam a Anunciação; no Natal, depois da meia noite, cantam o Nascimento de Jesus. Após, cantam a Viagem, os padecimentos da viagem e no dia 6 de janeiro a Viagem dos Reis e a visita ao Menino Jesus. A partir do dia 6, já cantam em louvor a São Sebastião. Podemos perceber pelo depoimento de Hevalcyr que essa ordem é mantida até os dias atuais.

Hevalcyr destaca uma questão que podemos ver nos textos das folcloristas Castro e Couto que é a diferenciação entre o mestre e o dono da Folia. O mestre tinha a função de comandar a Folia, toda parte que envolvia os ritos e a sacralidade, enquanto o dono da Folia deveria arcar com toda parte prática e organizacional:

THAIS: E o mestre então faz tudo na folia? Organiza a festa, organiza as jornadas...

HEVALCYR: Bom, nem sempre. Por exemplo, eu vim de uma época que mestre era mestre. Função do mestre: é, rezar as profecias, né, zelar pelo grupo ali, manter a ordem, aquela coisa toda - mestre. E tinha o dono da folia, o responsável pela folia, que era toda aquela parte financeira e decisão também, era ele que decidia: ” Ó, hoje nós vamos pra lugar tal”. Era ele que arcava com a passagem, entendeu? Arca com a alimentação, se for o caso, é assim que funciona, entendeu? O dono da folia. Eu, aqui, infelizmente, eu sou mestre e dono da folia, aí ocupo essas duas funções, mas nem todo grupo é assim, não.

Por exemplo, lá em Campo Grande, já tem o Seu Valdir, que é dono da folia, mas não é mestre, o mestre é sempre o/ entendeu? Como tem no Méier, então não é assim certo sempre do mestre fazer tudo, entendeu?

Por conta disso, Hevalcyr afirma que foi difícil, quando retomaram o material doado ao INEPAC, reiniciar as atividades da Folia. Em 1994 ele retoma esse material e somente em 2000 ele consegue sair com a Folia, com apoio de alguns companheiros e de sua esposa.

Dando continuidade à análise da entrevista, nos direcionaremos para uma figura fundamental da Folia de Reis, assim como o mestre e o alferes da bandeira, o palhaço. Na entrevista pudemos conversar com o Cláudio, palhaço da Sagrada Família, sendo seu nome de palhaço *Cigano*. Ele nos contou que começou como folião e músico, depois passou a sair como palhaço, ainda quando morava em Pádua. Aqui, junto de outro palhaço chamado *Gigante*, Cláudio passou a sair na Sagrada Família da Mangueira.

Cláudio nos conta, assim como constatamos em trabalhos de folcloristas, que os palhaços representam os soldados de Herodes:

CLÁUDIO: Quando eles foram visitar o menino, foram com a intenção de matar, e, chegou lá, o menino era tão bonito que, em vez de matar, eles adoraram o menino.

HEVALCYR: Adoraram, adoraram o menino e não mataram. Então, pra Herodes, eles passaram a ser traidores, eles não podiam mais voltar a Herodes. Com certeza seriam mortos. Traíram a ordem do rei, então, aí foi que eles se disfarçavam assim a ter uma vida conjunta, de vilarejo em vilarejo, fazendo graça pra poder alcançar o dinheiro pra sustento deles, mas quem era mesmo aqueles mascarados ninguém sabia.

CLÁUDIO: O menino era muito bonito mesmo, aí chegaram lá/ “Não vou matar de jeito nenhum, eu vou adorar esse menino.” (...)

Assim como afirma Monte-Mór, cabe destacar que mestre e palhaço são componentes estruturais da Folia, mas representam significados distintos, opostos.<sup>67</sup> O mestre, como já vimos, lidera as cerimônias, as jornadas, organiza toda Folia, ainda mais na falta do dono, como salientou Hevalcyr. Os palhaços não participam do ritual dentro das casas – a não ser que tirem suas máscaras e sejam convidados pelo dono da casa – ou mesmo na festa de arremate, têm sua apresentação à parte, do lado de fora, ficando sempre atrás nas jornadas do mestre e da bandeira. O palhaço pode improvisar suas falas, seus *chulas*, mas também guarda na memória *chulas* da “tradição”. Cláudio destaca que o “palhaço é mais bicho solto”. Monte-Mór destaca que, como é dito pelos foliões, os palhaços têm obrigação de saber tanto quanto o mestre: “Tanto mestre, quanto palhaço têm a exigência ritual de um saber específico e complementar, que exige memória, ‘gogó’ e rima”.<sup>68</sup>

A bandeira, como já colocado, representa a sacralidade da Folia, o palhaço vêm representar o profano. Segundo Bitter, os palhaços opõem-se aos foliões que são vistos como a parte formal e ordenada da Folia. Dessa forma, os palhaços representariam a parte lúdica e transgressora da Folia:

A brincadeira do palhaço é, de certa forma, o lugar potencial da subversão, da desordem (ou de uma outra ordem), da criatividade, em contraste com a formalidade e a solenidade do canto, da música, das palavras e dos gestos dos foliões.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> MONTE-MÓR, Op. Cit. P. 86.

<sup>68</sup> Idem, p. 87.

<sup>69</sup> BITTER, Op. Cit. P. 175.

A festa de arremate, o evento que vem fechar esse período de jornadas, tem uma dimensão ampla e mobiliza muitas pessoas. Para Bitter, a festa de arremate simboliza o ápice de um sistema de reciprocidade, no qual foliões e devotos cumprem sua obrigação com os Santos Reis, num permanente contrato, que, além disso, mobiliza uma rede de solidariedade na comunidade.<sup>70</sup>

A festa inclui uma solenidade com demarcadas práticas religiosas, além de aspectos lúdicos, que ficam por conta dos palhaços. Inclui ainda uma farta ceia, com comidas e bebidas à vontade durante toda a noite. A festa que pude acompanhar ocorreu na sede da Folia, no salão de festas cedido pela ONG Mangueira Comunidade e Ação em 19 de novembro de 2016. Segundo o mestre Hevalcyr, a festa pode ocorrer em qualquer período do ano, a fim de fechar o ciclo de jornada, exceto no período da Quaresma.

A festa de arremate contou com a participação dos foliões na organização, tendo a frente Hevalcyr e Eliane, e de pessoas da comunidade. Em uma determinada hora, todos se fardaram para cerimônia e para receber as duas Folias que haviam sido convidadas. Uma Folia, a do Méier (ver o nome), Hevalcyr tinha certeza da presença, pois na semana anterior a Sagrada Família havia participado de sua festa. É de praxe e bom tom que uma Folia não falte à festa daquela que prestigiou a sua. Hevalcyr afirma que muitas Folias aparecem, mesmo sem serem convidadas, e são sempre bem recebidas.

A festa de arremate da Folia de Reis Sagrada Família aconteceu na Rua Visconde de Niterói, no prédio onde é sediada uma ONG, onde a Folia tem a sua disposição uma pequena sala, onde está montado um altar. A festa aconteceu num espaçoso salão dentro do prédio da própria ONG.

---

<sup>70</sup> Idem, p. 67.

Quando a Folia de Reis Bandeira Cruzeiro do Sul do Méier chegou, por volta das 22h, a Sagrada Família saiu em formação até a entrada do prédio para recebê-la. Essa recepção, se estabelece numa cerimônia chamada “topagem das bandeiras”, na qual ocorre o encontro e o cumprimento das bandeiras.

Segundo Hevalcyr, a festa acontece normalmente no final de maio, mas devido à dificuldades econômicas, em 2016 a festa aconteceu em novembro. As visitas implicam diretamente na realização da festa, pois nelas são feitas doações de devotos que se revertem em recursos necessários para o evento. Não existe uma data obrigatória para realização da festa, desde que não ocorra no período de Quaresma.

A Festa de Arremate encerra a jornada daquele ano para os foliões, implica numa “devolução” de todas as bênçãos recebidas dos Santos Reis naquele ano e na conclusão de um ciclo ritual e espiritual bem sucedido devotado aos Santos.

Hevalcyr e Cláudio evidenciam uma questão bem pertinente em relação à prática da Folia de Reis: a relação com as religiões. A Folia de Reis faz parte de um catolicismo popular autônomo em relação à Igreja Católica, até porque se pararmos para refletir, os Santos Reis não são santos reconhecidos pela Igreja, são santos consagrados pelo consenso popular. Segundo Hevalcyr, “a folia tem um passaporte que não te limita a esses parâmetros religiosos”. A partir dessa afirmação que podem visitar casas de evangélicos, centros espíritas etc. Apesar do preconceito de alguns praticantes da religião evangélica, o mestre afirma que os que conhecem o “costume da roça”, recebem a Folia de bom grado:

HEVALCYR: Evangélico também recebe a gente.

THAIS: Recebe?

VALCIR: Quando tem o costume da roça, por exemplo: nós temos hoje, é pessoas que foram foliões, né, e que hoje são evangélicos, mas respeitam

aquela tradição, aquela... ou então: “ah, meu pai era, eu fui, então eles podem vir na minha casa, sim. Tô fazendo isso em memória do meu pai ou eu tô fazendo isso porque eu sou evangélico, mas eu era folião...” e sabe da missão e sabe que a gente prega o Evangelho também.

(...)

CLÁUDIO: Tem parte do Reis, se for lá na Bíblia Sagrada, vai encontrar.

VALCIR: Segundo Mateus, tanto na católica quanto na Bíblia evangélica. Então, aí acontece da gente visitar... porque o certo mesmo na roça... era o evangélico, ele quando recebia a Folia de Reis, eles recebiam com a Bíblia aberta, de joelho, na passagem ali do Nascimento de Jesus, e ali os foliões cantavam aquela passagem ali. Então, não tem como negar que tá na Bíblia, tá me entendendo? Então era assim antigamente, mas hoje, hoje é um tal de “ah, tá amarrado pra cá, repreendido pra lá”, a ignorância do povo, não é mais a tradição. Vai mudando também, então as coisas mudam e cada vez menos, cada vez menos divulgado, e cada vez menos as pessoas têm entendimento e conhecimento sobre aquilo ali e preferem julgar sem saber o que é feito, sem saber o que é falado.

Quando convidados, os foliões também se apresentam em centros espíritas e igrejas. Tive a oportunidade de acompanhar uma visita da Folia de Reis Sagrada Família à Igreja da Ressurreição em Ipanema, no dia 6 de janeiro de 2017, dia de Reis. Após a missa, o padre recebeu os foliões no altar, que se apresentaram cantando a visita dos Reis ao Menino Jesus. Os fiéis beijavam a bandeira e depositavam ofertas nela. Após a missa, os palhaços se apresentaram em frente à Igreja, o que juntou tanto os fiéis que estavam na missa, quanto os passantes, que paravam para assistir, fotografar e jogar dinheiro ao palhaço, que brincava e declamava suas chulas (Fotos em anexo).

Quanto ao preconceito sofrido pela Folia de Reis, Cláudio nos conta que em visita a uma escola, uma professora criticou a Folia, dizendo não estar relacionada “às

coisas de Deus”. Cláudio respondeu com versos falando um pouco da relação dos homens com Deus. Tentarei transcrever de forma mais fiel possível:

CLÁUDIO: Muitas pessoas falam que folia é coisa de velho, que palhaço é coisa de bicho ruim, entendeu? Tem um preconceito danado. Hoje em dia, como a crença tá crescendo muito, todo mundo fala que folia não tem nada a ver com coisa de Deus, pelo contrário, tem muita coisa a ver com Deus. Eu mesmo fui falar lá com a professora lá que é de religião...ela começou a me criticar , falando um montão de coisas, eu ( ): “Criança matéria-prima ( ) edifica, não tem começo nem fim, sua origem não se explica, só a luz dessa festa entende o que Deus significa/ ninguém vê a sua rubrica porque Deus não tem documento/ ( ) acende estrelas ( ) que nenhuma folha se move sem o seu consentimento/ a perfeição cem por cento só Deus é capaz de atingir/ suas mãos é transparente, tocar podemos sentir, a voz do silêncio é baixa, mas Deus é capaz de ouvir/ Ninguém pode definir quantos anos que ele têm/ Deus não se materializa nem se parece com ninguém/ Um criador de fenômenos é um fenômeno também/ Deus está além da galáxia ( ) é um foco de luz interligado numa central energética ( ) Deus vai no céu sem escada nem usa elevador/ é visível nas águas ( ) (no céu e na flor) / Ninguém vê uma obra se não vê um criador/ Deus é tão superior que alonga a vida e reduz/ (até clareia o sol na rapidez da luz) / E na hierarquia ( ) Não há fé que reluz ( )/ no pão que sacia a fome, no ar que a gente respira/ Deus é a bússola do mundo e sem bússola o mundo não gira/ ( ) que clamam a salvação/ Mentor de ( )/ Deus é maior que o planeta, mas cabe no coração/ Deus não tem religião, não ora, não fez jejum/ Por ser supremo é um, por ser único é comum/ As doutrinas são distintas, mas Deus é somente um/ O arquiteto global ( ), iceberg gigantesco, constelação estelar e nunca precisou de placa ( ) (pra inaugurar os lugares). A mulher falou assim : “Poxa, você aprendeu isso aonde?” A mesma Bíblia que a senhora lê, eu também leio. Deus está no nosso coração, não tá dentro de um templo. A igreja é um templo pra você estudar, pra você meditar a palavra dele. A mesma

coisa que a senhora lê na sua igreja eu leio dentro da minha casa. Já estudei pra pastor, já fui coroinha, qual a diferença? Eu não sou melhor que a senhora e a senhora não é melhor que eu. O mesmo Deus que te dá o perdão ele me dá o perdão também. O mesmo Deus que te ama, ele me ama também. Pra Ele não tem distinção porque é preto, branco, pobre, rico. Ela começou a falar: “Ah, desculpa.” Hoje em dia tá sendo um grande incentivadora nossa lá.

Quando tomamos contato com versos tão poéticos podemos perceber a beleza e a importância cultural da Folia de Reis e dessa forma perceber que ela não se resume a apresentação de um espetáculo voltado para o turismo e para o público em geral, mas numa devoção religiosa, que vai além da delimitação das religiões e que não se centra em apresentações públicas. Assim como Cáscia Frade afirmou em entrevista concedida a mim na UERJ em 2015, pude constatar que de fato os foliões fazem Folia de Reis por duas razões principais: a devoção aos Reis Magos e por pertencimento e vivência familiar.

A folia segue sua jornada, visitando casas, frequentando festas de outras Folias, preparando sua festa de arremate e entrega da bandeira, dentro de regras demarcadas para cada personagem e função, mantendo uma tradição interiorana, mas se abrindo às novas diretrizes que a modernidade pode proporcionar.

### 2.3 – Tradição X Modernidade: a prática atual da Folia de Reis Sagrada Família e a busca pela permanência da tradição

“Folia de Reis não tem mulher folião. Nem pode. Acompanhar pode, agora botar a roupa de folia e coroa na cabeça, não”.<sup>71</sup>

“Folia de Reis é uma só, desde que começou é uma só. O essencial da Folia é o nascimento de Cristo”.<sup>72</sup>

“Folia é sempre igual, muda só a toada. É igual missa, às vezes um pronuncia a frase de um jeito, outro do outro, mas o nascimento é um só”.<sup>73</sup>

“Folia certa tem 12 foliões”.<sup>74</sup>

Essas afirmações foram retiradas dos relatos coletados por Patrícia Monte-Mór em sua pesquisa na década de 70, na região da Mangueira. Podemos perceber a ênfase na importância da permanência de uma tradição, com regras estabelecidas, por quem e desde quanto tempo não sabemos.

Pudemos observar algumas dessas afirmações em nossas entrevistas da atualidade com o grupo Sagrada Família da Mangueira, tradição essa que era bem acentuada pelo Sr. José Coutinho, que, como destacamos no começo desse capítulo tem a função de *griô* do grupo, sendo, podemos entender assim, o “defensor” da tradição. Suas falas sobre tradição serão trazidas mais a frente nesse tópico.

Primeiro, cabe destacar um trabalho de fundamental importância no entendimento e desconstrução do conceito de tradição, para isso faremos uma breve discussão do trabalho de Eric Hobsbawm, *A invenção das tradições*. A tese de Hobsbawm perpassa a ideia de que as “tradições”, consideradas antigas, na verdade são

---

<sup>71</sup> MONTE-MÓR, Patrícia. Op. Cit. P. 18.

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Idem, p. 19.

recentes ou até mesmo inventadas. Dessa forma, seriam essas “tradições” inventadas construídas e institucionalizadas ou surgidas sem precisão no tempo e no espaço, sendo às vezes bem recentes, e estabelecidas rapidamente.<sup>75</sup>

Para o historiador, o objetivo no estudo das “tradições” não seria pensar em sua permanência, mas no modo como surgiram e se estabeleceram. O autor define as “tradições inventadas” da seguinte forma:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita e abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual e simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.<sup>76</sup>

Portanto, as “tradições inventadas” seriam reações a circunstâncias novas que tomam a forma de referência a situações anteriores, tendo como objetivo resistir às constantes transformações do mundo moderno e estruturar de forma permanente ao menos alguns aspectos da vida social.<sup>77</sup> Ou seja, novas tradições são inventadas à medida que transformações rápidas e extensas ocorrem na sociedade.

Hobsbawm destaca que não devemos confundir a “tradição” com o “costume”. Para ele, as “tradições” têm como característica a invariabilidade enquanto o “costume” não impediria as inovações e poderia mudar até certo ponto. Quando necessário conservar velhos costumes ou utilizá-los para novos fins, dentro de condições novas, os antigos modelos são adaptados, afirma o autor.

---

<sup>75</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2015. P. 7.

<sup>76</sup> Idem, p. 8.

<sup>77</sup> Idem.

O historiador elucida as diferenças entre as “tradições inventadas” e, o que ele chama, velhos costumes tradicionais. As práticas antigas seriam práticas sociais peculiares e coercitivas, ao passo que as práticas inventadas eram mais gerais e vagas em relação à natureza dos valores, direitos e obrigações que buscavam incutir nos componentes de certo grupo.

Hobsbawm deixa-nos uma pergunta: “(...) será que os historiadores devem dedicar-se a estudar estes fenômenos?”.<sup>78</sup> Ele responde afirmando que cada vez mais historiadores se dedicam a eles e que deveríamos mesmo perguntar “o que os historiadores ganham com o estudo da invenção das tradições?”.<sup>79</sup>

Dessa forma, ele destaca que as tradições inventadas são sinais importantes e, assim sendo, indicativos de questões que de outra maneira não poderiam ser notados nem determinados no tempo. Elas são indícios e devem ser integradas no estudo mais amplo da história social. Para o autor, a “tradição inventada”, possivelmente, faz uso da história como legitimadora das atuações e da coesão de grupo.

Partindo do pressuposto acima considerado e das ideias de Hobsbawm quanto às “tradições”, iremos analisar as falas dos foliões da Folia de Reis Sagrada Família em relação a como eles veem a tradição e o que marca esse aspecto na prática dos foliões.

O mestre Hevalcyr traz essas questões em alguns momentos da entrevista. Ele fica bastante interessado no tema da pesquisa que aborda no seu título “tradição e modernidade”. É interessante perceber na sua fala a importância que ele dá ao fato de ser um mantenedor da “tradição” do grupo e de sua Folia só trazer de “moderno” as vestes:

Passando um pouco nessa questão da modernização, que você *tava* falando, a parte moderna nossa... A gente aponta mais pelas vestes mesmo. Pelas roupas,

---

<sup>78</sup> Idem, p. 20.

<sup>79</sup> Idem.

porque...Assim...eu...às vezes, me chamam até de chato e de antiquado, porque eu mantenho a tradição. Tá me entendendo? A minha folia não muda. A minha folia não muda a batida, às vezes, a gente, é, gosta de uma toada de uma outra folia, mas a gente procura sempre botar no nosso estilo, no nosso padrão. Entendeu? É... esse aqui, às vezes, até fica: “*Vamo, vamo* botar essa batida aqui assim não sei o quê” Não, minha batida é igual o samba da Mangueira, é aquela tradição. Você vê que a Mangueira, ela é diferente das outras escolas, entendeu? E é tradicional, aquela batida firme de surdo, né, no samba em si, né. Nós não, nós, quando a gente chega, a gente é... muita gente não fala Sagrada Família. Chegou Mangueira, né. Porque a folia se destaca (...) Então dentro do/ da modernidade, a gente só moderniza nessa parte. E a questão das vestes a gente procura sempre seguir essa/ a linha do samba, dos grupos/ das alas de diretoria, tem aqueles *blusão*, né. Com duas cores, aquela coisa/ eu sempre me...foco ali.

Para Hevalcyr, manter a “tradição” mantém a diferença do grupo em relação aos outros. Ser tradicional dá destaque a sua música, a presença do grupo, a sua *toada* e toda a sua apresentação em relação aos outros grupos. A presença da “tradição” faz do grupo especial e único em relação aos outros: “(...)mas pouca gente sabe que é isso que faz a nossa diferença, quando a gente tá no meio deles, ali, nós somos diferentes”. A ideia é manter “como era antigamente”, como a Folia determinadamente deve ser, numa “tradição” que atravessa gerações.

Por mais que suas vestes sejam inspiradas nas roupas das alas de diretoria das escolas de samba, Hevalcyr mantém a “tradição” do local de origem da Folia, o interior de Minas Gerais, mantendo o chapéu com coroa, sendo uma das poucas Falias com essa característica, já que muitas outras, especialmente na Baixada, segundo ele, usam *cap* ao estilo militar.

Com o passar dos anos alguns aspectos da Folia precisaram ser modificados e Hevalcyr destaca alguns deles. Como pudemos ver no trabalho de alguns folcloristas, existia uma disputa entre as Folias, onde um mestre desafiava o outro nos cânticos das profecias, a Folia perdedora tinha sua bandeira “presa” e tinha de entregar todo seu material, instrumentos e vestes à Folia vencedora. Caso quisesse recuperar seu material, deveria desafiar a Folia no outro ano. Isso ocorria quando duas Folias se encontravam no meio do caminho. Hevalcyr afirma que essa prática não existe mais, devido a muitas brigas que ocorriam. A antiga federação extinguiu essa prática.

Dessa forma, Hevalcyr nos conta que a prática na verdade foi modificada, hoje “prender a bandeira” ganhou novo significado, explica o mestre:

E prender, prender hoje é o seguinte, por exemplo, você tá numa casa, você tá cantando, ali naquela casa, chegou aquela folia ali pra cantar na mesma casa, conclusão: ela vai te prender. Por que prender? Você vai ter que ficar lá dentro, esperando ela chegar pra cantar, entendeu? E, se você não botou o palhaço ainda, vai ter que botar... então você ganha mais tempo dentro da casa, você tá entendendo? Então, essa folia, se você tá com essa folia, ali dentro de uma casa, e a outra chegou e, por exemplo, se o palhaço, tipo assim, não barrou a entrada, num barrou/ não... “Aguarda um pouquinho que meu mestre tá lá. Quando eu sair, vocês entram”. Você tá entendendo? Então a folia vai entrar, vai ser obrigado a escutar eles cantarem, fazer a chegada deles, entendeu, aí, por exemplo, se meu palhaço ( ) você vai ter que botar o seu palhaço pra brincar e eles também , então vai ser tipo um processo, só que, na hora de sair , eu saio primeiro, então me prendeu dentro daquela casa, justamente. Aí, hoje, o prender é assim, mas antigamente...

Quando perguntado sobre a obrigatoriedade de sair sete anos com a Folia de Reis como cumprimento de promessa – aspecto destacado por folcloristas, como Castro

e Couto - Hevalcyr destaca outro ponto de transformação da “tradição”. Ele afirma que sempre ouviu os mais velhos falarem que quem sai com a Folia um ano, tem que sair por sete anos, assim como quem sai de palhaço. Mas ele fala que, mesmo antigamente, a Folia saía cada ano comandada por uma pessoa, pois já esteve sob o comando de vários “donos”. Hevalcyr nos conta que já questionou outros mestres sobre os sete anos de promessa e muitos se surpreenderam e disseram que na Folia deles não tinha isso. Da mesma forma que afirmaram para Hevalcyr não gostar de chamar seus palhaços de soldados de Herodes.

Outra modificação está na quantidade de foliões. Para Hevalcyr, é “feio” sair com a Folia com menos de doze foliões, mas ele afirma já ter visto em outras regiões, como Valença, Foliás com cinco ou seis foliões e mais de vinte palhaços. Em Vassouras já presenciaram, como afirmaram Cláudio e Havalcyr, Folia de Reis com quarenta a oitenta foliões e mais de trinta palhaços:

HEVALCYR: Você tá entendendo? Então, você não tem como, você chega em lugares assim que você vê o que é errado pra gente é certo pra eles, e o que é certo pra eles é errado pra gente ou vice-versa, tá entendendo? Uma coisa inexplicável, como já demos uma festa aqui, do colégio, na época, veio uma folia, pra mim, foi interessante, veio uma folia com três pessoas, não foi? E uma palhaça.

Outra peculiaridade seria a palhaça mulher, chamada, segundo Hevalcyr, de Catirina. Pudemos ver no grupo Folia de Reis Sagrada Família muitas mulheres folionas e ainda na Folia de Reis do Méier, que participou da festa de arremate, muitas crianças.

Sr. José Coutinho entra na discussão para afirmar que o certo são doze foliões, ao tempo que Hevalcyr pondera dizendo que não se pode afirmar, que varia de cada região. Ele no entanto afirma que está errado, que eram doze apóstolos e assegura: “(...)

procura ver dentro das tradições”. Hevalcyr pondera novamente dizendo que faz parte da tradição do local, mas concorda que fica bem difícil receber em sua festa uma Folia com oitenta foliões e vinte palhaços. Podemos perceber que Sr. José Coutinho, o *griô* do grupo, portador da memória, mantém o papel também de “defensor da tradição”.

Dessa forma, a “tradição” defendida especialmente pelos mais antigos, inventada e tida como regra, perde força com as transformações da sociedade, e se confunde com o conceito de costume destacado por Hobsbawn, nessa reflexão sobre as Folias de Reis, de modo que não se fecha a modernidade, mas se adapta a ela. Porém, tradições permanecem intactas ainda, segundo o mestre Hevalcyr, como a coroa do chapéu, as profecias, a *toada*, o número de foliões, o modo de fazer as visitas, as regras em torno do palhaço etc. Portanto, percebemos uma diferença entre costumes transformados pela modernidade e tradições inventadas em algum momento, permanentes até os dias de hoje e defendidas enquanto regra de atuação do grupo.

Podemos finalizar esse capítulo com a reflexão de Cáscia Frade acerca dessa questão, onde ela afirma que a Folia não é estática e não está livre de permanente recriação. Segundo a autora, o saber da Folia é dinâmico, não obstando novas formas de organização, composição, representação, interpretação ritual e uso de materiais. Segundo Frade: “A memória popular cria, reprocessa, reinventa, em decorrência de um processo dialético que sintetiza passado e presente. Um movimento de ações e reações encaminha um conjunto de fatores que lhe dão um sentido de contemporaneidade”.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> FRADE, Cáscia. Op. Cit. P. 207.

## CAPÍTULO 3

### *Folia de Reis do Rio de Janeiro: Patrimônio Imaterial do Brasil*

#### **3.1 O patrimônio cultural imaterial no Brasil**

A palavra patrimônio, muito utilizada no nosso cotidiano, tem por definição central a posse, os bens possuídos por alguém, a ideia de propriedade. Há muitas formas de patrimônio: econômico, financeiro, jurídico, imobiliário, histórico, artístico, cultural, dentre outros. O patrimônio cultural não perde esta dimensão de “bem”, é traduzido como o bem de uma região, de uma nação ou da humanidade. Traz a ideia de pertencimento coletivo, de propriedade de toda a comunidade na qual está inserido e, portanto, deve ser valorizado e preservado, assim como qualquer outro patrimônio (bem) individual ou coletivo.

O patrimônio imaterial ou intangível surge em oposição à supremacia, na preservação, do patrimônio de pedra e cal. Oposição não no sentido de oponente, mas no sentido de valorização dos aspectos sociais e culturais não englobados pelas orientações mais tradicionalistas.<sup>81</sup>

Na divisão patrimônio imaterial englobam-se festas, danças, culinária, celebrações religiosas, lugares, conhecimentos e modos de fazer de uma determinada comunidade etc. Segundo o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, o termo patrimônio imaterial, como o próprio nome destaca, não se limita aos aspectos materiais, mas se estende aos aspectos valorativos das muitas formas de vivência, não devendo ser tombado, mas registrado, de forma que tais práticas possam ser acompanhadas e verificadas em suas permanências e transformações:

---

<sup>81</sup> GONÇALVES José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P. 28-30.

É possível preservar uma “graça” recebida? É possível tomar os “sete dons do Espírito Santo”? Certamente não. Mas é possível sim, preservar, por meio de registros e acompanhamento, lugares, objetos, festas, conhecimentos culinários etc. É nessa direção que caminha a noção recente de “patrimônio intangível”, nos recentes discursos brasileiros acerca de patrimônio.<sup>82</sup>

Dessa forma, para Gonçalves, em vista da concepção antropológica de cultura, a ênfase recai sobre as relações sociais – ou simbólicas – e não nos objetos e técnicas, não sendo somente uma representação ou reprodução, mas formas de agir e de formar pessoas.<sup>83</sup>

Em 4 de agosto de 2000 foi estabelecido o Decreto nº 3551 que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, constituídos assim enquanto patrimônio cultural brasileiro. A instituição desse decreto não foi parte de um movimento recente, muito pelo contrário. A noção de patrimônio cultural imaterial foi historicamente formada e modificada.

A intenção de estabelecer um patrimônio nacional está estritamente ligada à ideia de construção da nação. Desde as viagens realizadas por Mário de Andrade, podemos observar a tentativa de resgatar um passado referente à formação da nação.<sup>84</sup> Segundo Márcia Chuva, em artigo intitulado “Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil”, com a valorização do moderno durante a década de 1920, o “popular” passa a ser associado àquilo que é genuinamente brasileiro.

Para Márcia Chuva, definir Mário de Andrade como “fundador” da ideia de preservação do patrimônio imaterial no Brasil é um tanto equivocada, pois outros

---

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Idem, p. 31.

<sup>84</sup> CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: Revista do Patrimônio, nº34/2012. Rio de Janeiro: IPHAN (Organização Márcia Chuva). P. 153.

esforços foram feitos antes de sua iniciativa na intenção de preservação do patrimônio imaterial. A autora, no entanto, qualifica a importância que Mário de Andrade teve nesse intuito.

Mário de Andrade, em suas viagens, busca a construção da nação tendo como base um passado a ser resgatado. Segundo Márcia Chuva, ele não procura um passado que não existe mais. Atentava, antes, para diferentes registros e temporalidades, presentes no interior do Brasil, distante das elites e da erudição, próximos dos meios populares. Mário de Andrade trouxe, segundo a autora, um novo olhar sobre o moderno atrelado ao popular, na busca do genuinamente brasileiro.

Entre 1936 e 1938, Mário de Andrade formou a Missão de Pesquisas Folclóricas, no Departamento de Cultura do Município de São Paulo, buscando fazer um inventário etnográfico da cultura brasileira, projeto político que visava à construção da nação brasileira. Ele propunha uma perspectiva integral da cultura, que seria delineada pela experiência, com uma metodologia de inventário e registro e na sua noção de arte.

Com o fim do Departamento e o afastamento de Mário de Andrade, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), órgão federal de patrimônio recém-criado, não incorporou suas ideias, ainda que ele tenha tentado que o Governo Federal as incorporasse.<sup>85</sup> Segundo Márcia Chuva, o entendimento de patrimônio cultural de Mário de Andrade e dos intelectuais do Sphan era bem distinto. Para Andrade, a cultura brasileira deveria ser abrangida em sua diversidade de forma conexa, levando em consideração as diversas localidades brasileiras, como parte integrante da nacionalidade.

Já o Sphan, em seus primeiros anos de existência, não contempla a cultura popular nos seus tombamentos e nas ações de proteção, como adverte Márcia Chuva.

---

<sup>85</sup> Idem.

Os arquitetos dominam o campo do patrimônio, o que conseqüentemente faz com que bens culturais arquitetônicos sejam os principais bens tombados. A seleção desses bens, especialmente do período colonial, levava em conta a tese das três raças formadoras, na qual o português teria supostamente maior influência e expressividade cultural que negros e indígenas.

Outra questão que afasta a cultura popular do âmbito patrimonial nesse período é o distanciamento do folclore dessa vertente. Em 1947 é criada a Comissão Nacional do Folclore (CNF), buscando instituí-lo como saber científico. Promoveram-se congressos e foram formadas comissões estaduais, foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em 1958, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Ainda assim, tais debates, em geral, não se vinculavam aos que envolviam a ideia de patrimônio cultural tal como conduzidas no âmbito do Sphan.

Márcia Sant'Anna observa um aspecto crucial das mudanças em relação à percepção ocidental sobre o patrimônio imaterial. Após a Segunda Guerra Mundial, e lentamente, processos e práticas culturais passaram a ser vistos como patrimônios, sem que fosse necessária a mediação realizada por objetos ou construções. É interessante pensar que essas novas concepções fundavam-se em inspirações vindas do Oriente e de países pobres, locais onde o patrimônio, em muitos casos, relacionava-se às criações populares, significativas não tanto por sua materialidade, mas antes por serem expressões de saberes, de práticas culturais, de conhecimentos compartilhados por determinadas comunidades. O mundo ocidental, de acordo com autora, só começaria a considerar mais sistematicamente essas perspectivas na década de 1970. Ponto de inflexão no debate foi a “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, documento aprovado pela Conferência Geral da Unesco em 1989, expressiva

quanto à mudança de direção em relação às políticas de salvaguarda que historicamente privilegiaram o patrimônio material.<sup>86</sup>

No Brasil, o Artigo 216 da Constituição de 1988 evidencia a conexão dos debates brasileiros com esse cenário internacional mais amplo da década de 1980. De acordo com o Artigo 216, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira"<sup>87</sup>.

Esses esforços assinalados desde a primeira metade do século XX vão se estabelecer no Decreto de 2000. Como afirma Márcia Chuva, do mesmo modo que as preposições de Mário de Andrade e da política tradicional brasileira a cerca do patrimônio, sustentou-se o valor nacional dado às manifestações culturais que seriam registradas, dando destaque à diversidade na construção da identidade cultural brasileira.<sup>88</sup>

Segundo Márcia Sant'Anna, o registro instituído pelo Decreto 3551/2000 não se resume ao tombamento, mas à valorização do patrimônio imaterial, identificando e produzindo conhecimento sobre o bem cultural imaterial, documentando por meios técnicos de registro o passado e o presente, dando acesso público a essas informações.

Portanto, objetiva-se registrar a memória e a trajetória dos bens culturais para assim mantê-los, pois leva-se em consideração a natureza dinâmica de desenvolvimento e transformação que denota o registro ao invés de restauração e conservação.<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

<sup>87</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

<sup>88</sup> CHUVA, Márcia. Op. Cit. p. 161.

<sup>89</sup> Idem, p 55.

O Decreto estabelece que o registro dos bens culturais de natureza imaterial seja feito em quatro livros registros:

§1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.<sup>90</sup>

Segundo o Decreto, o processo de registro poderá ser proposto pelo Ministério de Estado da Cultura, por instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias estaduais, municipais ou do Distrito Federal e por sociedades e associações civis, sendo a instrução dos processos de registro supervisionada pelo Iphan.

No processo de registro, como consta no Decreto, faz-se necessária uma “descrição pormenorizada de bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes”<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> Decreto n. 3551, de 4 de agosto de 2000. Art. 1º, §1º e 2º.

<sup>91</sup> Idem. Art. 3º. Caput. 2º.

Os bens culturais inscritos nos livros de registro recebem o título de Patrimônio Cultural do Brasil, significando que o poder público deve assumir uma série obrigações em relação à divulgação e preservação desse bem. Segundo Martha Abreu Hebe Mattos e Carolina Dantas, a seleção de patrimônios de uma nação, sejam eles materiais ou imateriais, é uma operação política que consolida a história, a cultura e a memória comum do país. Agrega valor e consolida certas manifestações, dando-lhes novos significados e leituras do passado e da nação. A eleição desses novos bens, como afirmam Abreu, Mattos e Dantas, amplia a possibilidade de aparecimento de novas formas de manifestação cultural e luta política para os grupos sociais, por muito tempo silenciados e não reconhecidos<sup>92</sup>.

Os desafios apresentados pelo processo de patrimonialização das Folias de Reis nos fazem retornar à noção de cultura em seus muitos usos e significados. Ao pensar nas relações culturais como produtos históricos, tal como proposto por Sidney Mintz, consideramos que a ação dos grupos se dá a partir de códigos compartilhados, de experiências e aprendizados. Por ser dinâmica e histórica, a cultura nunca é inteiramente coerente, nem é uma camisa de força para ação social. Considerar as variações, os contextos dinâmicos, as múltiplas formas de festejar apropriadas pelos diferentes sujeitos envolvidos nas Folias, reconhecendo e valorizando seu protagonismo, parece ser um dos caminhos abertos pelo debate sobre a patrimonialização.<sup>93</sup>

---

<sup>92</sup> ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses*, vol. 3, n.5, jan-jun. de 2010, PP. 21-37.

<sup>93</sup> MINTZ, Sidney W. *Cultura: uma visão antropológica*. *Tempo* [online]. 2010, vol.14, n.28, pp.223-237.

### **3.2. A Folia de Reis do Rio de Janeiro enquanto patrimônio cultural imaterial do Brasil**

As Folias de Reis do Rio de Janeiro foram objeto de inventário solicitado pelo Iphan a um grupo de pesquisadores da UERJ, dentre eles Cásia Frade, coordenadora da pesquisa, e Ricardo Lima, diretor do Decult, Departamento Cultural da UERJ.

Em 2015, pude fazer uma entrevista com Cásia Frade e Ricardo Lima a fim de entender os objetivos desse inventário e os caminhos que estavam sendo traçados. Cásia Frade tem vasta experiência com as Folias de Reis e Ricardo Lima também desenvolveu diversos estudos sobre as Folias. Dessa forma, sob a coordenação de Frade, o Iphan não poderia ter escolhido melhor grupo de pesquisadores para o inventário das Folias de Reis devido à experiência de ambos no trabalho com a temática.

Em entrevista, Cásia Frade nos conta que o levantamento feito para o inventário foi centrado em quinze municípios: Angra dos Reis, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Duas Barras, Itaboraí, Mangaratiba, Paraty, Petrópolis, Quatis, Quissamã, Rio Claro, Rio de Janeiro, Santa Maria Madalena, São Pedro da Aldeia e Vassouras. A escolha desses municípios deu-se por meio de uma proposta feita às prefeituras pelo Iphan. Por meio do PAC – Programa de Ação Cultural, o Iphan propõe uma parceria aos municípios com vista à preservação do patrimônio em questão, no qual as prefeituras deveriam manifestar seu interesse. Dessa forma, somente 15 municípios se manifestaram:

Ricardo: São 15 municípios. Então a gente tinha o compromisso de mapear esses municípios, as Folias desses municípios... Esse mapeamento não tem uma perspectiva exaustiva, não significava que tinha que trabalhar com todas as Folias dos 15 municípios. A coisa era bem menor, quer dizer, você tinha que

ter exemplaridade, como foi feito com o jongo. Não se trabalhou com todos os grupos de jongo do Estado, muito menos do Sudeste. Foi registrado um material, no caso do jongo, foi o jongo do Sudeste, e, no entanto, não foi pesquisado todos os grupos de jongo, mas sim alguns que se tornavam representativos nesse universo geo-político-cultural. (...) A gente tá trabalhando com a amostra da situação das Folias hoje em 15 municípios do Estado.

Segundo Cásia Frade, a exigência do Iphan é de registro de um grupo de Folia de Reis dentre esses municípios, sem um critério específico:

Cásia: A proposta do Iphan é de que tenha o registro de pelo menos um grupo de cada um desses municípios. Então a gente selecionou por critérios variados: acesso mais fácil, um contato, um informante que a gente tenha no local, que já conhecia uma Folia, então nos aproximou do grupo, né. Em poucos municípios a gente chegou sem saber por onde andava. (...) E a partir desses que a gente registrou, esse paralelo a gente também traçou, né. A gente está mostrando o histórico, está contando a história de vida do mestre, do próprio grupo, a organização do grupo...

Cásia Frade acrescenta na entrevista que ao encaminhar o inventário ao Iphan é preciso justificar o porquê desse bem merecer ser registrado. Por ser a Folia de Reis realizada em vários Estados do Brasil, foi preciso pensar nas especificidades das Folias de Reis do Rio de Janeiro.

Dentre as especificidades elencadas por Cásia Frade está o palhaço fluminense. Diferente dos outros Estados brasileiros onde existe Folia de Reis, ela afirma que o palhaço fluminense é um poeta, com capacidade de memorizar poemas que ouviu ou criou por meio de sua experiência de vida, além de memorizar e trazer para suas chulas

a literatura de cordel, uma literatura que não tem necessariamente relação com a Folia de Reis.

Outras especificidades elencadas pela pesquisadora são a aproximação com os cultos de matriz africana (em especial a umbanda), a grande participação das mulheres, que não era comum há tempos atrás, e o fato do giro da Folia de Reis se estender até o dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, e não terminar em 6 de janeiro, Dia de Reis. Em algumas localidades, segundo Frade, os grupos estendem o giro até o dia 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora das Candeias.

Segundo texto do próprio Iphan intitulado “Patrimônio Cultural Imaterial – Para saber mais”<sup>94</sup>, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma ferramenta de conhecimento de bens culturais de qualquer natureza. Dessa forma, a construção de um inventário está relacionada à identificação dos bens culturais de um lugar ou de um grupo social.

É necessário não apenas saber que o bem cultural existe, mas as dificuldades que as pessoas enfrentam para realizar a festividade, como a prática vem sendo passada de uma geração para outra, as transformações que ocorreram, as pessoas que atuam, entre outros aspectos que circundam a existência de determinada prática cultural. Dessa forma, o INRC é um documento que busca conhecer o bem cultural e o valor atribuído a ele pelo grupo social que o pratica. O Iphan busca, através do INRC, documentar, identificar e buscar soluções para salvaguarda desses bens.

O INRC é construído por meio de entrevistas, fotografias, desenhos, textos, gravações audiovisuais, documentação, ou seja, toda fonte de informação produzida sobre o bem cultural em análise. Para o Iphan, esse registro é importante porque a manifestação cultural pode se transformar com o passar do tempo ou mesmo deixar de

---

<sup>94</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3ª Ed. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

existir, devido à transformação de alguns aspectos, ou mesmo todos os aspectos, que a faziam possível. Essas dificuldades podem ser superadas por meio do desejo do grupo social de manter a manifestação ativa e pelo apoio de órgãos governamentais. Por isso a importância do INRC.

O inventário das Folias de Reis destaca importantes aspectos da Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira, escolhida para ser detalhada na documentação como exemplificação das Folias da cidade do Rio de Janeiro. Como mencionado anteriormente, o inventário irá investigar apenas uma Folia de Reis de cada município abarcado na pesquisa, decisão tomada sem critério pré-estabelecido.

O Inventário Nacional de Referências Culturais das Folias de Reis do Rio de Janeiro me foi enviado por Rejane Manhães, do Departamento de Cultura da UERJ. Ele se estrutura da seguinte forma: Anexo 1, onde consta bibliografia sobre Folias de Reis; Anexo 2, contendo referências de registros audiovisuais; Ficha de Identificação do Sítio, no caso o Estado do Rio de Janeiro, na qual constam mapas, lista dos bens inventariados, análise de cada município que abarca paisagem, meio ambiente, formação histórica, perfil socioeconômico e legislação; e Fichas por municípios, onde cada município pesquisado tem sua pasta contendo arquivos intitulados Anexo 3, Contatos, Ficha de Identificação – Formas de Expressão, Ficha de Localidade e Questionário de Identificação – Formas de Expressão.

Portanto, nos centraremos nos arquivos referentes à Folia de Reis Sagrada Família para análise. O Anexo 3, presente em todos os arquivos de todos os municípios, traz informações de Folias de Reis da cidade referente; no caso do Rio de Janeiro, aponta informações mais gerais de diversas Folias, porém referindo-se mais à Sagrada Família.

No arquivo “Ficha de Identificação – Formas de Expressão”, o bem inventariado é descrito, explicando-se brevemente o que são Folias de Reis, o lugar principal de atividade (rua; espaço público) e o tempo e periodicidade em que circula. Após essa explicação, o documento se centra na Folia de Reis Sagrada Família. Traz uma breve biografia do mestre Hevalcyr, questões sobre a atividade do grupo, uma cronologia, os principais participantes, o capital e instalações, as matérias primas e ferramentas de trabalho, as comidas e bebidas, os objetos e instrumentos rituais, os figurinos, as músicas e orações, os instrumentos musicais, as atividades após a execução etc. Também constam nesse documento fotos, mapas, plantas e croquis.

Na “Ficha de Localidade” temos algumas informações sobre a Mangueira, fotos da sede da Folia Sagrada Família, informações sobre as celebrações feitas no local, no caso a Festa de Arremate, e as principais edificações onde a Folia realiza sua prática. Além da sede, onde se situa a ONG “Mangueira, comunidade e ação”, é registrada a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, onde a Folia de Reis Sagrada Família comparece todo ano no dia de Reis.

Outra informação presente nesse documento é a descrição de oito bens inventariados na cidade do Rio de Janeiro, oito Folias e seus respectivos mestres: Sagrada Família - Mestre: Hevalcy; Manjedoura da Mangueira - Mestre: Milton Lerci Gomes; Bandeira Cruzeiro do Sul do Méier - Mestre: Roberto de Cássio Pereira Anacleto; Manjedoura de Belém - Mestre: Silas Teófilo; Estrela do Oriente do Catumbi - Mestre: João Alves Guedes; Estrela do Oriente - Mestre: Rui Reis; Jornada Estrela da Guia - Mestre: Balduino Antônio da Silva; Folia de Reis Penitentes do Santa Marta - Mestre Riquinho.

Dois lugares são descritos como bens inventariados: o Chapéu Mangueira e a Vila Cruzeiro. Por fim, o documento traz informações sobre a população e localização,

pirâmide etária, indicadores demográficos, paisagem e meio ambiente, marcos edificados, formação história, plantas, mapas e croquis e legislação.

No documento intitulado “Questionário de identificação” consta uma entrevista com o mestre Hevalcyr, a identificação do entrevistado, a sua relação com o bem inventariado, a descrição e os motivos da atividade, a preparação e realização, as matérias primas e ferramentas de trabalho, a festa de remate, o lugar de atividade e a identificação de outros bens e informantes.

Por fim, é feita uma avaliação das perspectivas, problemas e possibilidades, na qual se destacam a falta de verba para manutenção dos grupos de Folia de Reis, a necessidade de políticas públicas que incentivem o ensino da tradição nas escolas dos municípios onde se fazem Foliás de Reis e um projeto que vise a conservação da tradição oral, visto que, segundo o documento, poucas pessoas conhecem as Foliás de Reis.

O documento deixa ainda algumas recomendações, entre as quais se destaca a necessidade de criação de políticas públicas que incentivem a continuidade dos grupos de Folia de Reis, reconhecendo-os enquanto Patrimônio Imaterial Cultural. Dessa forma, recomenda-se o investimento na preservação da tradição e na promoção para participação das gerações futuras:

Recomenda-se criação de políticas públicas que incentivem e assegurem a continuidades dos Grupos de Folia de Reis e que as reconheçam e legitimem como Patrimônio Cultural Imaterial.

Deve-se investir para promoção da Folia de Reis resultando na preservação da tradição destes foliões, incentivando assim as novas gerações a participarem e manterem a festa.<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> Inventário Nacional de Referências Culturais das Foliás de Reis do Rio e Janeiro, 2016.

O inventário – que conta ainda com um levantamento de fontes bibliográficas – foi entregue ao Iphan em 10 de junho de 2016, pelo Departamento Cultural (Decult) da UERJ em cerimônia realizada no auditório do Iphan do Rio de Janeiro, que contou com a participação da Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira. O próximo passo para que as Foliás de Reis do Rio de Janeiro se tornem Patrimônio Imaterial Cultural é a análise da documentação pelo IPHAN de Brasília<sup>96</sup>.

A grande demanda do grupo Sagrada Família, que ficou bem expressa na entrevista, é a falta de apoio dos órgãos governamentais. Para receber alguma verba, Hevalcyr afirma que é necessário concorrer com outros grupos, por meio de projetos estipulados em editais. Além disso, questões burocráticas que determinam estritamente em que a verba deve ser gasta, não dão autonomia aos grupos para suprirem suas necessidades mais urgentes:

HEVALCYR: Não temos nada, apoio de lugar nenhum. Eu só ouço falar: “ah, vocês têm direito a uma verba tal.” Mas, resumidamente, o que eu vejo hoje, essa verba que era pra ser sua por direito, eles botam você pra competir por ela, que hoje são esses editais. Você tá entendendo? Aquilo era pra ser seu, mas, não, eles botam pra você competir por ela. Pra você é... elaborar um projeto pra ser selecionado, né, pra ser selecionado, pra ver se vai ser aprovado, pra você poder ter a verba. E, outra coisa, te dá, mas não te dá. Por quê? Eles te dão, mas estipulam o quanto você tem que gastar e no que você tem que gastar. Por exemplo, hoje, agradeço até esse espaço aqui, que hoje está nos acolhendo, mas não é nosso. Nós não sabemos o dia do amanhã, entendeu? Aqui hoje é a sede da folia. Tem um vestiário aqui atrás, né, um *armariozinho*, que nós fizemos, aqui também ficam guardados os instrumentos, e, abaixo, aqui, fica o salão de festa, o salão de festa. Isso aqui é uma ONG, que chamou a gente pra

---

<sup>96</sup> Sobre o dia da entrega do inventário ver reportagem em [WWW.uerj.br/publicacoes/uerj\\_emdia/751/](http://WWW.uerj.br/publicacoes/uerj_emdia/751/). Visitado em 25/06/2017 às 16h40min.

fazer uma parceria, convidou a gente pra fazer esse trabalho e cedeu esse espaço pra gente. Mas, amanhã, a gente não sabe, como já teve boato que isso aqui ia sair, que ia virar, ia virar uma não sei o que, uma não sei que lá, que fulano ia pegar de volta... que não/ entendeu? Suponhamos que isso aconteça. Nós não temos espaço.

Para Hevalcyr, o título de Patrimônio Imaterial pode abrir muitas portas, mas vai continuar sem um apoio efetivo do governo. Todo investimento financeiro é feito pelo grupo, especialmente pelo mestre, e a falta de verba inviabiliza apresentações, visitas e a manutenção da Folia de Reis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permanências e transformações fazem parte da realização dessa manifestação cultural e para os foliões isso não é um problema, pelo contrário, é abarcar o novo para perpetuar a prática por meio das novas gerações.

A tradição é muito demarcada na sacralidade dos cânticos e dos ritos de celebração. Para o mestre Hevalcyr, a tradição e o fato de a seguirem, traz uma importância e uma legitimidade para o grupo.

Trazer os folcloristas para o debate foi importante para pensarmos essas questões e para percebermos a ideia de “popular” delineada por eles como a sobrevivência de um passado que iria ficar para trás. Às tradições não foram atribuídas experiências dinâmicas formadas pelos diversos grupos, não sendo incluídas nas transformações sociais.

De modo algum querendo desqualificar o trabalho dos folcloristas, que me serviram de fonte e inspiração para esse trabalho, apenas foi preciso traçar um paralelo com o trabalho de preservação da cultura popular imaterial feito hoje por meio do Iphan e de diversos pesquisadores.

O tombamento desses bens não busca uma restauração e permanência estática no espaço e no tempo, mas sim o registro de forma que esses grupos sejam incentivados a permanecer atuando e que as transformações necessárias continuem ocorrendo, transformações essas que serão registrados ao seu tempo como previsto no Decreto.

Dessa forma, partindo do pensamento de Canclini de que a tradição não se fecha a modernidade e vice-versa, pudemos refletir sobre a dinâmica das Folias de Reis, se reinventando com o passar do tempo, junto às transformações inevitáveis que a

modernidade traz. De forma que passado e presente, não se separam completamente, mas se completam na relação entre permanências e transformações.

A patrimonialização das Folias de Reis do Rio de Janeiro vem finalizar essa discussão. O patrimônio imaterial, diferente do patrimônio de pedra e cal, vislumbra esses conceitos porque prevê as modificações que o patrimônio pode sofrer com o tempo e com as transformações sociais. Dessa forma, não é possível tomar e restaurar um patrimônio imaterial. É preciso levar em consideração os atores sociais que o fazem possível. Está aí a complexidade desses bens imateriais e a importância desse reconhecimento para o apoio a esses grupos na perpetuação de sua manifestação cultural.

Entendemos que a prática dos grupos acontece por meio de conhecimentos e práticas comuns, que acontecem de forma dinâmica e são historicamente construídas. Portanto, é preciso considerar os sujeitos envolvidos na prática da Folia de Reis, para assim abrirmos caminho para o reconhecimento enquanto patrimônio cultural imaterial.

Por fim, ficam ainda pontos a serem trabalhados que não foram possíveis de se contemplar nessa pesquisa, como a questão racial nos grupos de Folias de Reis. Seriam as Folias do Rio de Janeiro majoritariamente de integrantes afrodescendentes? Podemos discutir essa questão até mesmo por meio das imagens, que não foi possível a análise nessa dissertação. Outra questão que poderia ser aprofundada é a relação com as religiões, especialmente com as religiões de matriz africana. Portanto, surgem outras questões, outras hipóteses que se estenderão para trabalhos futuros.

## ANEXOS

Um dos resultados do meu trabalho de campo junto a Folia de Reis Sagrada Família foi um corpo documental de fotografias que não foram analisadas nessa dissertação e são documentos de referência da pesquisa de campo, necessitando ainda de maior análise. Segue abaixo algumas dessas fotografias que estão em fase de catalogação e tratamento para posterior análise.



Salão de festas do prédio da ONG Mangueira Comunidade e Ação, na Mangueira, onde encontra-se a sede da Folia de Reis Sagrada Família, já preparado para a festa de arremate.



Folia de Reis Sagrada Família na festa de arremate, em novembro de 2016.



Festa de arremate da Folia de Reis Sagrada Família, novembro de 2016.



Palhaço da Folia de Reis Sagrada Família. Festa de arremate, novembro de 2016.



Palhaço da Folia de Reis Sagrada Família. Festa de arremate, novembro de 2016.



Alferes da bandeira, Eliane. Festa de arremate, novembro de 2016.



Folia de Reis Sagrada Família reunida para a ceia. Festa de arremate, novembro de 2016.



Folia de Reis Sagrada Família recebendo a Folia de Reis Cruzeiro do Sul do Méier em sua sede. Festa de arremate, novembro 2016.



Mestre Hevalcyr e o Pároco da Paróquia da Ressurreição em Ipanema. Dia de Reis, janeiro de 2017. Fotos: Fátima Dias.



Visita da Folia de Reis Sagrada Família à Paróquia da Ressurreição em Ipanema no Dia de Reis. Janeiro de 2017. Fotos: Fátima Dias.



Alferes da bandeira, Eliane. Paróquia da Ressurreição, Ipanema, janeiro de 2017. Fotos: Fátima Dias.



Palhaço da Folia de Reis Sagrada Família se apresentando do lado de fora da Paróquia após a missa de Reis. Ipanema, janeiro de 2017. Fotos: Fátima Dias.



Apresentação dos palhaços do lado de fora da Paróquia da Ressurreição, janeiro de 2017. Fotos: Fátima Dias.



Folia de Reis Sagrada Família após a missa de Reis na Paróquia da Ressurreição, se dirigindo para a rua, para apresentação dos palhaços. Janeiro de 2017. Fotos: Fátima Dias.



Apresentação dos palhaços do lado de fora da Paróquia da Ressurreição, janeiro de 2017. Fotos: Fátima Dias.



A Folia de Reis Sagrada Família com Cásia Frade, coordenadora da pesquisa, Mônica Costa, superintendente do IPHAN-RJ, e Ricardo Lima, diretor do Decult, na entrega do inventário das Falias de Reis do Rio de Janeiro ao IPHAN. UERJ, junho de 2016.

Foto: [http://www.uerj.br/publicacoes/uerj\\_emdia/751/](http://www.uerj.br/publicacoes/uerj_emdia/751/)

## BIBLIOGRAFIA

### Entrevistas:

FRADE, Cásia e GOMES, Ricardo. Entrevista concedida a Thais Amaral da Silva Pereira. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2015.

SILVA, Hevalcyr Ferreira e Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira. Entrevista concedida a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Larissa Moreira Viana e Thais Amaral da Silva Pereira. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2016.

### Memorialistas e Folcloristas:

- ALMEIDA, Renato. “Essências do folclore Brasileiro”. In: CALMON, Pedro. *Aspectos da formação e evolução do Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio.

- \_\_\_\_\_ . “História da Música Brasileira”. Rio de Janeiro, F. Briguiet e Comp. Editores, 1926.

- AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*. São Paulo: Instituto Progresso Editora, 1948.

- ANDRADE, Mário. *Dicionário Musical Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. Coleção Reconquista o Brasil. 2<sup>a</sup> série, v. 162.

- AUGUSTA, Anna. *Cantigas de Reis e outros cantares*. Rio de Janeiro: INELIVRO, 1979.

- CARNEIRO, Édison. “A sociologia e as ‘ambições’ do folclore”. Revista Brasiliense, (23), maio-junho, 1959: I; também publicado na série Documentos da CNFL nº 429.

- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Ediouro, 1999

- CASTRO, Zaíde Maciel e COUTO, Aracy do Prado. “Folias de Reis”. Rio de Janeiro: Cadernos de Folclore, nº 16, 1977.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1989. Tomo III, p. 201. Citado por ABREU, Martha. *Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. “O congresso de folclore da Bahia”, Documentos da CNFL (367). Rio de Janeiro, IBECC, 3 de abril de 1957.
- \_\_\_\_\_. “As Folias de Reis”. Revista do Folclore Fluminense. Niterói: Ano I. Agosto de 1953.
- LIMA, Rossini Tavares de. *O ABECÊ do Folclore*. São Paulo: Ricordi, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Folguedos populares do Brasil*. São Paulo: Ricordi, 1962.
- MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

**Livros, Artigos, Teses e Dissertações:**

- ABREU, Martha. “Cultura Popular – um conceito e várias histórias”. In: ABREU, Martha e SOIHET Raquel, *Ensino de História- conceitos temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional” IN: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Editora Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.]

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses*, vol. 3, n.5, jan-jun. de 2010, PP. 21-37.
- ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- AGOSTINI, Camila. “Africanos no cativeiro e a construção de identidades no Além-Mar, Vale Paraíba, século XIX”. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 2002.
- ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral – desafios para o século XXI*. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro.
- BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. IN: *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Editora Contra Capa.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A folia de reis de Mossâmedes*. Rio de Janeiro: Funarte, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Sacerdotes da Viola*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BITTER, Daniel. *A Bandeira e a Máscara*. A circulação de objetos rituais nas folias de reis. Rio de Janeiro: 7 Letras; Iphan/CNFCP, 2010
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 4ª edição.
- CANCLINI, Néstor Garcia. “O patrimônio cultural e a construção do imaginária do nacional” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, número 23/ 1994.
- \_\_\_\_\_. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro e VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, 1990.
- CHAVES, Wagner. *Na Jornada de Santos Reis: uma etnografia da Folia de Reis do mestre Tachico*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2003.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: Revista do Patrimônio, nº34/2012. Rio de Janeiro: IPHAN (Organização Márcia Chuva).
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). “Usos e Abusos da História Oral”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005 - 6ª edição.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. RJ: Graal, 1986.
- FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FRADE, Cásia. *O saber do viver. Redes sociais e transmissão do conhecimento*. Tese de doutorado em Educação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1977.
- GOMES, Tiago Melo. “Para além da casa da Tia Ciata: Outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- \_\_\_\_\_ . “O Patrimônio com Categoria de Pensamento”. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). “Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos”. Rio de Janeiro: DP&A , 2003
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

- HALL, Stuart. “Identidade Cultural e Diáspora”. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 24/ 1996.
- \_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina e MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. p. 6.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3ª Ed. Brasília, DF: IPHAN, 2012.
- LARA, Silvia e PACHECO, Gustavo (orgs.) “Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein”. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.
- MATTOS, Hebe. “O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial.” In: ABREU, Martha e SOIHET Raquel, *Ensino de História- conceitos temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.
- MINTZ, Sidney W. *Cultura: uma visão antropológica. Tempo* [online]. 2010, vol.14, n.28, pp.223-237.
- MONTE-MOR, Patrícia. Hoje é o dia do Santo Reis: um estudo de cultura popular no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, – Museu Nacional - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,1992.
- MORAES, Renata Figueiredo ; DANTAS, C. V. ; MATTOS, H. ; ABREU, M. ; LONER, B. ; MONSNA, K. . A cidade vestiu-se de gala? As outras festas de maio de

1888. In: ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna; LONER, Beatriz; MONSNA, Karl. (Org.). História do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos. Niterói: EDUFF, 2014, v. 03.
- MORAES, Renata Figueiredo ; ABREU, M. ; PEREIRA, M. S. . Os registros iconográficos das festas da abolição. In: Martha Abreu; Matheus Serva Pereira. (Org.). Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGH-EDUFF, 2011, v. 1.
- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. “Os donos da terra”. Dissertação de Mestrado. UFF, 1979, mimeografado.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. “Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário”. São Paulo : Hucitec : Fapesp, 2005.
- (Estudos brasileiros; 39).
- ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d’água.
- PEREIRA, Luzimar Paulo. *Os andarilhos dos Santos Reis: Um estudo etnográfico sobre Folia de reis e Bairro Rural*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2004.
- POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol.2, nº 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*. Rio de Janeiro. vol.1, nº 2, 1996.
- \_\_\_\_\_. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

- SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo, Editora Unesp, 1992.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas, Ed. Unicamp, 2001.
- VIANA, Larissa. Festas e irmandades negras no Brasil. In: ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna (Org.). *O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- VILHENA Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getúlio Vargas, 1997.